

ÍNDICE GERAL	Pag.
ÍNDICE DE FIGURAS E QUADROS	3
Numero de figuras	3
Numero de quadros	3
LISTA DE SIGLAS	5
1-PARTE INTRODUTÓRIA	6
1.1- Apresentação	6
1.2- Objectivos.....	7
1.3- Dificuldades.....	7
1.4- Contextualização e problemática da investigação.....	8
1.5- Hipótese.....	11
1.6- Definição de conceitos.....	11
CAPÍTULO I – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA	14
1.1- Fundamentação Teórica.....	14
1.2- Metodologia.....	18
CAPÍTULO II – ENQUADRAMENTO GERAL DA CIDADE DA PRAIA E	20
CRONOLOGIA DA GUINÉ-BISSAU	
2.1. Localização geográfica e aspectos históricos do povoamento.....	20
2.1.1.Evolução da cidade da Praia	21
2.2- Breve resenha histórica e cronológica da Guiné-Bissau	23
CAPÍTULO III – INTEGRAÇÃO DOS GUINEENSES NA CIDADE DA	26
PRAIA (ESTUDO DO CASO)	
3.1. Caracterização gerais dos inquiridos	26
3.1.1.Distribuição dos inquiridos por sexo e faixa etária.....	26
3.1.2.Distribuição por sexo e nível de instrução.....	28
3.1.3.Estado civil, sexo e grupo etário.....	29
3.1.4.Repartição da cidadania por sexo.....	32
3.1.5.Escolha e permanência na cidade da Praia.....	32

3.1.6.Factores que condicionaram o processo migratório.....	34
3.2. Situação perante o trabalho.....	36
3.2.1.Distribuição salarial e profissional.....	37
3.2.2.Distribuição por sexo e tipo de vínculo.....	39
3.2.3.Distribuição do horário de trabalho por sexo.....	40
3.2.4. Grau de satisfação perante o trabalho.....	41
3.2.5. Consumo remessas e investimentos.....	42
3.3. Características da habitação e nível de conforto.....	44
3.4. Discriminação vista pelos imigrantes e por cabo-verdianos.....	45
3.4.1.Analise geral.....	45
3.4.2. Legalização em Cabo verde.....	47
3.4.3. Nível de relacionamento dos guineenses com cabo-verdianos e outros migrantes.....	50
3.4.4. Distribuição de ocupação de tempos livres.....	53
3.5. Perspectivas futuras.....	54
CAPITULO IV – PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES NA INTEGRAÇÃO DOS	56
IMIGRANTES	
CONCLUSÃO	60
BIBLIOGRAFIA	64
ANEXO	68

ÍNDICE DE QUADROS E FIGURAS

Figuras	Pag.
Figura 1 – Evolução da população do concelho da Praia de 1940 – 2000.....	22
Figura 2 – Distribuição da amostra por sexo.....	26
Figura 3 – Factores que condicionaram a imigração.....	35
Figura 4 – Actividades Profissionais.....	37
Figura 5 – Distribuição da tipologia da habitação.....	44
Figura 6 – Grau de legalização em Cabo Verde.....	47
Figura 7 – Encontro com as autoridades para realização de cartão de imigrante.....	48
Figura 8 – Legislação cabo-verdiana vista pelos guineenses.....	50
Figura 9 – Frequência dos encontros dos guineenses com familiares.....	52
Figura 10 – Convívio entre guineenses.....	57
Figura 11 – Campeonato de futebol entre migrantes.....	58

Quadros	Pag.
Quadro I – Distribuição dos inquiridos por sexo e faixa etária.....	27
Quadro II – Distribuição dos inquiridos por sexo e nível de instrução.....	28
Quadro III – Estado civil sexo e grupo etário.....	30
Quadro IV – Repartição da cidadania por sexo.....	32
Quadro V – A permanência na cidade da Praia.....	34
Quadro VI – Situação perante o trabalho.....	36
Quadro VII – Distribuição salarial e profissional.....	38
Quadro VIII – Distribuição por sexo e tipo de vínculo.....	39
Quadro IX – Distribuição do horário de trabalho por sexo.....	40
Quadro X – Grau de satisfação perante o trabalho.....	41
Quadro XI – Distribuição das remessas.....	43
Quadro XII – Nível de discriminação por sexo.....	47

Quadro XIII – Legalização em Cabo Verde.....	49
Quadro XIV – Distribuição da ocupação dos tempos livres.....	53
Quadro XV – Perspectivas futuras.....	55

LISTA DE SIGLAS

AGRECAV – Associação dos Guineenses Residentes em Cabo Verde

AMIGUI – Associação dos Amigos da Guiné

CCCS – SIDA – Comissão de coordenação de combate a sida

CEDEAO – Comunidade Económica dos Estados da Africa Ocidental

CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

DEF – Direcção de Emigração e Fronteiras

INE – Instituto Nacional de Estatística

OAE-CV – Organização de Apoio aos Estrangeiros em Cabo Verde

PAIGC – Partido Africano de Independência de Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PRD – Partido da Renovação e Desenvolvimento

PRS – Partido da Renovação Social

RGB – Resistência da Guiné-bissau

UEMOA – União Económica e Monetária Oeste Africana

Licenciatura em Geografia

1.PARTE INTRODUTÓRIA

A escolha do tema para um trabalho científico representa sempre um desafio. Desafio esse que é sempre ultrapassado graças ao interesse que envolve essa mesma escolha. Conhecer o nível de integração dos estrangeiros, e em particular dos guineenses no nosso país, constitui este interesse, tendo em conta os laços históricos e culturais que nos uniu. Daí a escolha do tema **«Integração socio-económica e cultural dos guineenses na cidade da Praia»**.

1.1 - Apresentação

No final de um curso de Licenciatura, a realização de um trabalho científico é um aposta para quem deseja iniciar a carreira de investigação.

É nesta perspectiva que se enquadra este trabalho cujo tema é **«Integração socio-económica e cultural dos guineenses na cidade da Praia»**. O seu objectivo principal é contribuir para uma melhor compreensão desse fenómeno na sociedade praiense e, constituir um espaço aberto de reflexão, de interpretação, que pode tornar visíveis novas linhas ou projectos de investigação.

Este trabalho está dividido, em quatro grandes capítulos:

- I. Fundamentação Teórica e Metodológica**
- II. Enquadramento geral da cidade da Praia e cronologia da Guiné-Bissau**
- III. Integração dos guineenses na cidade da Praia (estudo de caso)**
- IV. Papel das associações na integração dos imigrantes**

O capítulo **I**, trata-se dos fundamentos teóricos, perspectivas, métodos e técnicas de vários autores que estudaram os movimentos da população e, serviram de orientação para a realização deste trabalho.

No capítulo **II** apresentamos o enquadramento geral da cidade da Praia, debruçando sobre a sua situação geográfica, sua origem e sua evolução. Seguidamente apresentamos a cronologia

da Guiné-Bissau com alguns aspectos importantes da sua história que explicam até certo ponto este fluxo migratório.

O capítulo **III** está consagrado a análise da integração dos guineenses na cidade da Praia, baseando-se em aspectos relevantes para a compreensão desse fenómeno: caracterização geral dos inquiridos; situação perante o trabalho; caracterização de habitação e nível de conforto; discriminação e perspectivas futuras.

No **IV** capítulo, analisa-se o papel das associações na integração dos imigrantes, isto é o contributo das diversas associações na integração dos Bissau-guineenses nesta cidade.

No final apresenta-se algumas conclusões chegadas com o desenvolvimento deste trabalho e lista bibliográfica consultada.

1.2 - Objectivos

Ao longo desse trabalho pretendemos atingir os seguintes objectivos:

Objectivo geral:

- Analisar o grau de integração sócio-económica e cultural dos imigrantes guineenses na cidade da Praia.

Objectivos específicos:

- Identificar as causas que motivaram a imigração para Cabo Verde
- Conhecer o grau de integração dos guineenses no mercado de trabalho
- Conhecer o perfil dos guineenses que imigram para Cabo Verde
- Analisar o grau de integração cultural dos guineenses na cidade da Praia
- Analisar alguns aspectos de integração dos guineenses na sociedade Praiense.

1.3 - Dificuldades

A realização de um trabalho desta natureza, acarreta sempre algumas dificuldades. Para este trabalho as dificuldades encontradas foram as seguintes:

- Inexistência de dados estatísticos referentes a matéria em estudo;

- Resistência da população em fornecer informações;
- Atraso no fornecimento de dados por parte de algumas instituições;
- Escassez de material bibliográfico;

1.4 – Contextualização e Problemática de investigação

Cabo Verde é um país de longa tradição histórica de migração. Desde os primórdios da ocupação, este arquipélago foi sempre considerado um país de emigração pois possui milhares de filhos e descendentes espalhados pelos quatro pontos do mundo. Neste contexto muitos investigadores têm feito estudos para conhecerem o grau de integração dos cabo-verdianos nos diferentes países do mundo.

Com a criação da CEDEAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) de que Cabo Verde faz parte juntamente com Guiné-Bissau, Senegal, Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Câmbia, Guiné Conakri, Libéria, Mali, Níger, Serra Leoa e Togo, este país passou a ser também país de imigração, principalmente dos oriundos da costa ocidental africana e recentemente também de imigrantes de outros continentes. Todavia, devido a ausência de estudos relativamente a integração dos imigrantes no nosso país, torna-se necessário preencher a lacuna existente, elaborando um documento capaz de fornecer informações e elementos orientadores que possam servir de apoio ao estabelecimento de uma política de apoio a uma maior integração dos imigrantes em Cabo Verde.

Relativamente a imigração guineense para Cabo Verde, de acordo com o relatório da Direcção de Emigração e Fronteiras, ela teve o seu início na década de 70. No entanto, foi na década de 90 que se registou maior movimentação de guineenses nas fronteiras cabo-verdianas por motivo da intensa luta armada que assolava aquele país africano. Contudo, de acordo com a mesma instituição, esses dados (numero de entradas) não foram registrados.

A República da Guiné-Bissau tal como Cabo Verde está integrada nos países membros da CEDEAO, CPLP e dos PALOP. Vários acordos que permitem aos cidadãos desses países entrar e permanecer noutros países membros com maior facilidade, em relação aos cidadãos de países terceiros, já foram assinados.

Por força do protocolo da CEDEAO sobre a livre circulação de pessoas e direito da residência, os cidadãos dos países membros da CEDEAO podem entrar num Estado-Membro sem a necessidade de obtenção de visto de entrada e de permanência por um período até 90 dias. Caso pretendam prolongar este período, terão de pedir autorização nos Serviços de Fronteira do respectivo Estado.

Particularmente em relação a Guiné-Bissau, existem no nosso ordenamento jurídico legislações especiais no domínio de entrada, permanência, isenção de taxa de aquisição de nacionalidade, como é o caso do *Estatuto de Cidadão Lusófono e de Acordo sobre o Estatuto de Pessoas e bens assinado entre os Governos da Guiné-Bissau e de Cabo Verde* (Resolução nº 72/ VI/ 2003).

Segundo a Direcção de Emigração e Fronteiras (DEF) em 2003 foram emitidos 114 Cartões Especiais de Identificação do Cidadão Lusófono a favor dos guineenses residentes em Cabo Verde, na base do Estatuto do Cidadão Lusófono. De acordo com essa instituição encontram-se actualmente registados aproximadamente 500 guineenses (incluindo 9 menores averbados) titulares de autorização de residência, sendo a maioria residente nas ilhas de Santiago (ver quadro em anexo); 170 processos de pedido de autorização de residência formulados pelos cidadãos guineenses estão pendentes por motivos que se prendem com a insuficiência processual. Aproximadamente 1500 cidadãos guineenses encontram-se devidamente autorizados a permanecer em Cabo Verde.

Realça-se que para a obtenção de autorização de residência, é necessário reunir os seguintes documentos:

- Registo Criminal do país de origem, devidamente traduzido para o português e visado pelos serviços consulares de Cabo Verde.
- Registo Criminal de Cabo Verde.
- Certificado de Cadastro Policial passado pelo Comando ou Esquadra da Policia de Ordem Publica da área onde se encontram.
- Atestado Médico passado pela Delegacia de Saúde local.
- Atestado de Residência passado pela Câmara Municipal.
- Documento comprovativo sobre proveniência de meios de subsistência
- Certificado Internacional de vacinas.

- Documento comprovativo das condições de alojamento em Cabo Verde.
- Duas fotografias actualizadas do tipo passe e a cores.
- Fotocopia do passaporte nas páginas que contêm Identificação, “Vistos “ válidos e carimbos de entrada no país.
- Contrato de trabalho devidamente autorizado pelo membro do governo responsável pela área do trabalho.
- Impressos para autorização de residência.

De acordo com a Direcção de Emigração e Fronteiras, o motivo da permanência ou residência da maioria dos guineenses em Cabo Verde é o trabalho na construção civil, função pública e empresas, bem como o comércio ambulante de produtos, geralmente oriundos da costa ocidental da África. É de realçar que existem muitos técnicos guineenses (engenheiros, médicos, professores, pilotos e juristas) a trabalhar em Cabo Verde. Ainda segundo a mesma fonte, existem vários cidadãos guineenses ilegais, isto é, sem autorização de permanência em Cabo Verde.

A imigração estrangeira em Cabo Verde inverteu de certo modo esta tendência histórica de Cabo Verde como “exportador “de mão-de-obra. A presença de imigrantes já é uma realidade na sociedade cabo-verdiana e tudo indica que a imigração vai continuar a aumentar nos próximos tempos caso esses países não se desenvolvam.

É nesse contexto que pretendemos analisar esse fenómeno da imigração para podermos compreender melhor até que ponto os guineenses estão integrados na sociedade Praiense e dar, de certa forma, a nossa modesta contribuição para uma melhor compreensão, sugerindo possíveis soluções, pois pensamos que todo o cidadão deve estar bem integrado em qualquer sociedade em que esteja e se assim for minimizarão vários problemas que possam advir. Pois, segundo Alberoni citado por Monteiro, C., (1997) “a integração pressupõe um intercâmbio recíproco de experiência humana, no campo psicológico, um intercâmbio cultural a partir do qual se possa emergir uma perspectiva mais ampla e madura e deve constituir uma inserção do migrante na nova estrutura social como uma parte vital e funcional que enriquece o todo e não apenas uma simples assimilação”.

Nesse sentido, elaboramos algumas perguntas de partida e hipóteses que servirão como fios condutores para esta pesquisa sobre a questão de integração dos imigrantes guineenses na cidade da Praia.

- Qual é o grau de integração sócio-económica e cultural dos imigrantes guineenses na cidade da Praia?

1.5 - Hipóteses

A integração do imigrante no país de destino é tanto mais difícil quanto mais a cultura do sistema social de origem se afasta do sistema social onde se encontra.

Para sustentar essa investigação vamos partir de duas hipóteses subsidiárias:

- Os obstáculos à plena integração dos guineenses na cidade da Praia situam-se mais a nível cultural do que a nível sócio-económico;
- O associativismo imigrante é um lugar para (re)pensamento das respectivas culturas, legislação orgânica e sua aplicação e procura de melhores estratégias de integração.

1.6 - Definições de conceitos

Através dos tempos, a migração tem sido um elemento de carácter permanente nas sociedades humanas e designa o deslocamento de populações de uma região para outra, particularmente das regiões rurais para as zonas urbanas, mas também de uma sociedade para outra. Essas deslocações do homem do seu meio geográfico para outro podem assumir o aspecto lento ou em corrente, consoante as possibilidades de transporte de que dispõe.

O geógrafo interessa-se particularmente pelas migrações humanas a longas distâncias, procurando compreender as causas, as técnicas de controlo e as consequências sociais e económicas nas áreas de partida ou de chegada.

A emigração tanto pode envolver escassos números de indivíduos como, por vezes, pode assumir aspectos de verdadeiro êxodo.

A caracterização das suas correntes depende obviamente de vários factores. Em sentido amplo, a *emigração é a saída dos habitantes de um país para o exterior*, distinguindo-se da *imigração, porque esta corresponde à entrada dos emigrantes no país de destino*. Concretamente, a emigração é a deslocação, em corrente, dos habitantes de um país para o exterior com intuito de permanência ou demora exercício das suas faculdades produtivas no local de destino.

Tomada no sentido restrito, *a emigração é a mobilidade de indivíduos ou famílias que são obrigados a procurar casa e trabalho fora do seu ambiente sócio-cultural, sem a possibilidade de programar o próprio futuro, com uma certa margem de certeza*.

Os movimentos migratórios ou de população podem verificar-se dentro do próprio espaço territorial, ou seja, dentro dos limites de um estado, recebendo, nesse caso, a designação de *mobilidade interna* ou *migrações internas*. Se, pelo contrário, o movimento se verifica com outros estados, está-se em presença da chamada *mobilidade internacional* ou *migrações internacionais*.

Relativamente à actuação do Estado quanto à emigração, esta pode classificar-se de *espontânea*, corrente migratória livre de quaisquer peias ou incidentes, deixada à exclusiva iniciativa particular. Neste caso o Estado apenas regula o fenómeno, através de legislação apropriada, sem, contudo, entrava-lo, proibi-lo ou favorece-lo; *Favorecida*, a que se desenrola sob a protecção e incitamento do Estado; *Contrariada* a que comporta embaraços postos pelo Estado à sua livre expansão; e *Forçada*, processa-se como resultado do desequilíbrio entre produção-população, provocada por secas ou pressão demográfica.

Por sua vez, as emigrações espontâneas e favorecidas subdividem-se em *legalizadas*, quando o emigrante se desloca devidamente documentado, de acordo com o que estiver estabelecido; e *clandestinas*, quando o emigrante consegue furtar-se à fiscalização, seja por não possuir documentação regular, seja por as saídas estarem proibidas, no geral ou apenas para certos países, escapando-se à acção dos agentes do serviço público.

Toda pessoa originária de um país estrangeiro (estrangeiro ou imigrante) enfrenta problema de adaptação ao novo ambiente social do país de acolhimento. Esta adaptação faz-se em primeiro lugar pela inserção que representa a possibilidade para o estrangeiro de ser acolhido

pela comunidade nacional, de se relacionar com os outros membros desta comunidade, sem perder a sua própria identidade e o seu particularismo, isto é, os seus hábitos e os seus costumes.

Segundo o Alto Conselho para a Integração (relatório de 1991), favorecer a integração consiste em “suscitar a participação activa na sociedade nacional de elementos variados e diferentes, aceitando ao mesmo tempo a subsistência de especificidades culturais, sociais e morais”. Isto pressupõe uma vontade recíproca de se considerar como membro de um conjunto cuja integridade é preciso respeitar, utilizando as convergências culturais sem negar as diferenças (Dicionário de Geografia, 1997:192).

CAPITULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

1.1. Fundamentação Teórica

No passado, em meados do sec. XIX, uma abordagem de pendor essencialmente económico, inspirada no princípio benthaniano, dominava a teoria das migrações. Nessa altura, a concepção clássica da migração baseava-se no indivíduo como um *homo o economicus*, o único centro decisório da própria acção, capaz de produzir um cálculo racional das vantagens ligadas a sua posição num espaço económico e geográfico.

Relativamente à controversia e sempre actual questão das causas dos fenómenos migratórios, a explicação mais comum reside nas chamadas *push-pull theories*, ou seja, nas teorias dos factores de repulsão e atracção que identificam a origem dos movimentos de população. No entendimento de Castillo, “na actuação conjunta mais ou menos equilibrada de factores económicos, sociais e políticos adversos que obrigam a abandonar o lugar de origem e de factores de natureza similar favoráveis à deslocação para outro lugar” (1990:19). O modelo migratório de então tinha em linha de conta aqueles factores que afastavam as pessoas do seu local de origem e os que atraíam para outros locais. Os factores repulsivos, geralmente de natureza económica, abarcavam a falta de acesso à propriedade ou uso da terra, o desemprego, os baixos salários, as terras improdutivas, as secas e fomes e, por fim, o aumento populacional.

Os chamados factores de atracção, que se traduzem em melhores alternativas aos imigrantes e colocam as vantagens da vida urbana sobre a rural, em nítido contraste, manifestam-se, sobretudo, naquelas situações em que a procura de mão-de-obra por parte dos países desenvolvidos tende a exercer uma atracção sobre a força de trabalho dos países de emigração. Na verdade, o que dinamiza o processo é a procura de trabalho (a atracção é, sobretudo, de procura de trabalho).

Geralmente, o “efeito de repulsão” materializa-se na medida em que exista uma capacidade de atracção da parte de uma outra área: o “efeito de atracção”. Daí que o “efeito de repulsão”, particularmente nos países ditos do Terceiro Mundo, não pode ser dissociado das transformações sócio-económicas em curso nos países de acolhimento, porquanto há necessidade de um determinado tipo de mão-de-obra que, em certas condições, deverá ser utilizada.

Num estudo apresentado à Royal Statiscal Society, em 1885, por Ravenstein e, posteriormente, num outro publicado em 1889, ficou claramente definida a essência do modelo de atracção -repulsão que parte do pressuposto de que se está perante um processo racional de tomadas de decisão e um perfeito conhecimento do sistema. Os dois estudos intitulados “As Leis da Migração”, representavam para Jackson, “uma tentativa de monta para a elaboração de alguns princípios capazes de explicar os mecanismos dos processos migratórios, tal como o autor os via, tanto no plano interno como no internacional” (1991:20-21). Dentro das teorias baseadas no modelo de atracção repulsão, o modelo de Ravenstein constitui ainda hoje, para muitos, a contribuição teórica mais significativa.

O modelo modificado assenta na combinação de uma série de factores associados à área de origem e outra série de factores associados à área de destino a que se vão juntar as variáveis intervenientes que, num dado momento, afectam o equilíbrio desses interesses. As componentes repulsivas e atractiva da decisão de emigrar encontram-se tão intimamente ligadas entre si que, com muita frequência, se confundem e formam um todo indissociável. De qualquer modo, a atitude dos imigrantes em relação à sociedade de instalação varia em função da predominância do elemento que os levou à partida (*push*) ou que os atraiu (*pull*).

Por outro lado, assinalava Ravenstein, em qualquer situação migratória, existe uma contracorrente ou contra-fluxo. Admite-se que o desenvolvimento da tecnologia e do comércio, que conduz a um aumento das migrações, e a causa económica, como responsável de maior peso pelo fenómeno migratório, tenham constituído as suas descobertas mais salientes.

Nos inícios da década de noventa, começa-se a identificar nos factores expulsivos, mais que nos atractivos, o sinal característico predominante no modelo que regula os fluxos migratórios das áreas mais pobres em direcção às áreas mais ricas. Assim, à luz de tal interpretação, tais fluxos passariam a caracterizar-se pela predominância, quase que exclusiva, de factores de

rejeição que se referem a um complexo de situações demográficas, económicas, sociais, políticas e culturais estreitamente interligadas. Tratando-se de imigrantes em fuga e à procura da sobrevivência, a qualquer preço, é natural que a sua posição na sociedade de acolhimento seja muito subalterna, na ausência de qualquer poder contratual.

De facto, a migração é um fenómeno basicamente *push*. Pode afirmar-se que “são muito mais determinantes os factores de expulsão dos países de êxodo que não os factores de atracção nos países de acolhimento”(Melotti,1988:6).O que leva o indivíduo a optar pela migração, segundo Bonini, não são tanto as influências dos “factores de arrastamento” que o país de futuro acolhimento possa, mais ou menos voluntariamente, exercer sobre ele, mas os factores de rejeição que se resumem na impossibilidade de encontrar uma ocupação adequada, situação devida à fragilidade das políticas ocupacionais e aos modelos de desenvolvimento adoptados em muitos países emigratórios, importantes reservatórios de oferta de força de trabalho (1991:87).

O factor de partida, neste tipo de migração de tipo económico, reside na tomada de consciência do indivíduo ou grupo, pertencente a uma sociedade cujo crescimento demográfico é mais rápido que o dos recursos disponíveis, da possibilidade de melhorar as próprias condições de existência, participando na distribuição do rendimento numa economia mais desenvolvida. Daí que, paralelamente ao factor demográfico, a procura de trabalho constitui um essencial factor de repulsão da pressão migratória.

No processo migratório, a concretização do chamado efeito repulsivo depende de duas condições essenciais e interligadas: a primeira, pressupõe uma procura de mão-de-obra da parte dos países imigratórios; a segunda, é a aceitação, de maneira legal ou ilegal, do seu ingresso.

Por outro lado, o contexto sócio-económico e cultural do país de origem constitui uma das componentes essenciais que determinam a opção do indivíduo pelo projecto migratório e, juntamente com outros factores, influencia a estrutura por sexo e idade da população estrangeira. Para além das diferenças de oportunidades entre o país de partida e o de origem que determinam ou condicionam os movimentos migratórios, devem ser consideradas as diferenças de oportunidade oferecidas no interior do próprio país de partida.”As crises internas nos países do Terceiro Mundo, ligadas ao seu crescimento demográfico aos seus

problemas de desenvolvimento económico e as suas enorme desigualdades sociais, acabam por alimentar sempre novas ‘metáforas de exclusão’ (como o Islamismo radical nos últimos dez anos) e aumentar a instabilidade política” (Colombo, 1993:166).

No quadro africano, por exemplo, vários estudos têm provado que a decisão do migrante é menos uma decisão individual que colectiva que se insere num processo global de estratégias familiares. A inserção no mercado de trabalho que naturalmente, vai depender desta decisão colectiva, é igualmente influenciada pelas características da estrutura de acolhimento, do tipo de migração, etc. Com muita frequência, a decisão de emigrar é encorajada pela presença de membros da família na cidade de destino. As vezes, é a própria família urbana já instalada a “recrutar” o migrante.

Locoh põe em evidencia a influência da família nas estratégias migratórias e nos processos de inserção. *“La décision de migrer est à la charnière de deux domaines, économique et familiale. Situation familiale et statut professionnel vont donc se combiner dans l’adoption de stratégies d’insertion, qui d’ailleurs sont déterminées en grande partie par le groupe familial du migrant, et non pas seulement par le candidat au départ. Un jeune célibataire acceptera aisément un statut de dépendant dans une famille, mais considérera – et son groupe familial avec lui- son passage en ville comme une période transitoire ”* (1987:24).

Na análise da integração dos migrantes no meio urbano, importa, por conseguinte, considerar não só o papel das famílias já implantadas na cidade que eventualmente possa acolher o recém-chegado, mas também ter em atenção o seu papel nas estratégias de inserção. O estado matrimonial do migrante e o grupo familiar que ele deixa no país de origem são factores que exercerão influencia sobre a duração da permanência do migrante e das oportunidades de integração no novo meio urbano.

Normalmente, a corrente migratória orienta-se para zonas economicamente mais favorecidas e desenvolvidas, cuja expansão económica exige absorção de força de trabalho superior àquela que pode fornecer o incremento da população local. Se, pelo contrário, o desenvolvimento económico local de um país admite uma absorção da força laboral, não se estará perante a pressão demográfica impulsionadora da emigração, ainda que o incremento demográfico seja forte.

Os desequilíbrios demográficos acrescidos aos de índole económica exercem um impacto terrível sobre os impulsos da emigração, embora as diferenças possam variar conforme as localidades. O fosso entre uma região e outra gera efeitos sobre os fluxos migratórios que, por seu turno, são responsáveis por situações complexas, particularmente sobre a população em idade laboral e, mais particularmente sobre a população em idade laboral e, mais propriamente, sobre aquela compreendida entre os 20 e os 30 anos que, afinal, é a faixa etária de maior risco migratório.

Através do tempo, tem vindo a afirmar-se a importância dos factores relacionais afectivos não económicos na decisão migratória.

Se é certo que as motivações económicas são preponderantes, não é menos verdade que, ao mudar a relação custo/benefício, outros incentivos culturais podem actuar. O aumento da diferenciação cultural, ainda que em presença de outras motivações económicas, reduz, contemporaneamente, a propensão à imigração, enquanto uma menor distância cultural entre o país de proveniência e o de acolhimento traduz-se numa possibilidade maior de emigração. Os laços históricos e culturais prévios à migração, a rede social e outros factores estruturais assumem um papel relevante nos movimentos migratórios. A melhoria da situação económica no país de origem pode não reduzir a emigração, mas "créer au contraire un facteur incitatif supplémentaire en améliorant à son tour les moyens financiers des candidats à l'émigration, comme cela a sans doute été le cas au Mexique"(Ghoch,1991:49).

1.2-Metodologia

Relativamente à metodologia, esse trabalho investigativo foi realizado com base em pesquisas bibliográficas e trabalho de terreno.

Numa primeira fase fizemos a recolha das bibliografias referentes à matéria em estudo, buscando conhecer os métodos utilizados para elaboração do estudo da integração de uma comunidade estrangeira, Decretos Legislativos e normas relativos a integração de estrangeiros em Cabo Verde.

A revisão bibliográfica foi realizada com base em consultas de livros recentes que retratam assuntos relacionados com o tema, Monografias, Artigos publicados em revistas, jornais e pesquisas na Internet sobre estudo.

Numa segunda fase, de recolha de dados e informações, entramos em contacto com algumas entidades ligadas ao assunto (como por exemplo: Serviços de Emigração e Fronteiras, associações de imigrantes, Instituto Nacional de Estatística) e realizamos um inquérito directo à população guineense residente na cidade da Praia, abrangendo uma amostra de 60 inquiridos, que constitui 20% do total de aproximadamente 300 imigrantes segundo dados da INE e da Direcção de Emigração e Fronteiras, além de alguns encontros e entrevistas com pessoas que trabalham ligadas a essa problemática (presidente das associações e alguns cabo-verdianos).

A amostra foi determinada de forma aleatória no sentido de ser o mais representativo possível da população objecto do presente estudo. Isto é, procurou-se inquirir indivíduos de bairros diferentes e abranger toda a camada socio-económica.

Na terceira e quarta fase, de estruturação e análise dos dados, fizemos a análise dos documentos e informações adquiridas durante as fases anteriores, comparando-as e registando as semelhanças e aspectos diferenciados, avaliando e relacionando com as teorias.

Este trabalho visa trazer subsídios para uma melhor compreensão desse fenómeno social, fornecer pistas e despertar interesses para futuras investigações

CAPITULO II

ENQUADRAMENTO GERAL DA CIDADE DA PRAIA E CRONOLOGIA DA GUINÉ-BISSAU

2.1. Localização geográfica e aspectos históricos do povoamento da cidade da Praia

A cidade da Praia, fica situada a sul da ilha de Santiago, sobre um *plateau* de 35 a 40m, entre os dois vales que se estendem, de norte para leste desembocando na Praia Negra e a Oeste Praia grande, tendo como coordenadas 14° 51' de latitude norte e 23° 34' de longitude W.

A primeira notícia do povoado do porto da vila da Praia data do séc. XVI, mais concretamente com a chegada da caravela Santa Catarina para descarregar escravos. O povoado da vila formou-se inicialmente com os indivíduos que abandonaram a capitania dos Alcatrazes, como confirma a notícia de 1516.

Por volta de 1660 são reconhecidas as insuficiências da Ribeira Grande, em virtude dos frequentes ataques de corsários e falta de condições do seu porto (pequeno e sujo), decidiu-se então mudar a sede administrativa para a Praia Santa Maria, já vila naquela época.

Efectuada a mudança inicia-se a construção de fortificações para proteger as populações. Em pouco tempo, o porto ganha tal importância que se tornou escala obrigatória para a navegação entre ilhas e a costa da Guiné.

Decorridos alguns anos, por disposição e medidas do Marquês de Pombal, foi a vila paulatinamente ganhando importância mais concretamente com a fixação do governador Saldanha Lobo (Teixeira, 1994:13).

Nessa época o aglomerado populacional era diminuto com casebres cobertas de palha, dispostas de forma irregular ao redor da Igreja, destacando-se ainda a casa da Câmara, a

cadeia e um forte à entrada da povoação, sendo a primeira rua alinhada (rua do corvo) surgida com o governador Marcelino Bastos (Teixeira, 1994:14).

De 1822 a 1826, com o governador Chapuzet, (a cidade ainda ocupava a parte sul do plateau – Mapa I), surgiram grandes reformas, primando-se pelo calcetamento das ruas e calçadas, incentivando a população a cobrir as casas de telha e a caiar as paredes, dando-se início à construção do cais da Praia Negra.

Já em 1847, a vila conhecia uma certa animação comercial, pelo que a coroa recomenda ao governador Noronha que continuasse os trabalhos para atenuar a insalubridade, depois de uma carta dirigida à rainha pelos moradores de Santiago em que pediam que cessasse o “imerecido abandono a pretexto de insalubridade.”

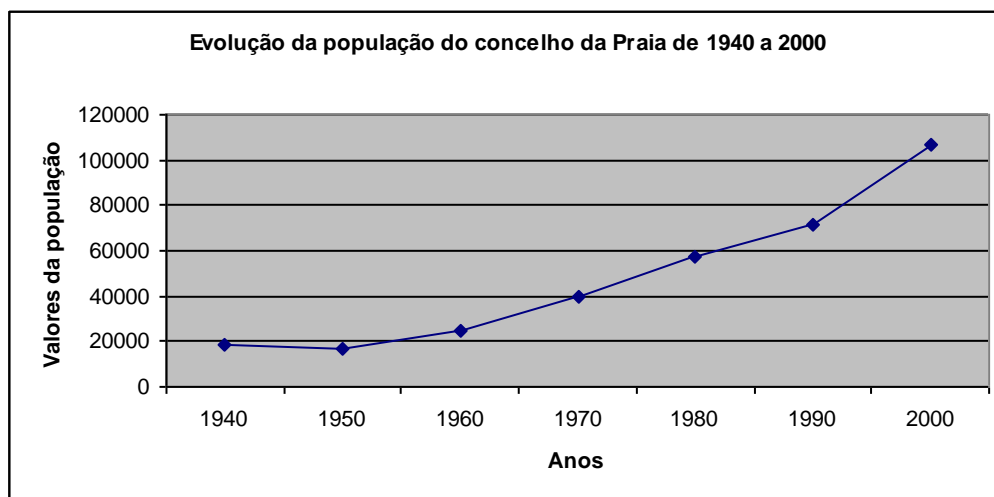
Com a subida a 16 de Junho de 1851 do governador Barreiros dá-se um verdadeiro passo para a resolução dos problemas, com a criação de comissão de estudos das necessidades do município (Teixeira, 1994:15).

Em 1875 a cidade tinha um outro aspecto, com ruas e praças calcetadas, plantas e árvores. Pelas ruas já não circulavam animais. Dessa forma só a partir daí o pedido feito 30 anos antes no decurso da reunião da Câmara e cidadãos com a sua majestade, Dom João VI – imperador do Brasil, é atendido mais concretamente a 29 de Abril de 1858 a elevação de categoria de Cidade de Praia de Santiago. Já nessa altura a cidade possuía uma planta reticular, com várias praças e ruas conservadas até aos nossos dias. Seis anos depois de ser reconhecida como cidade, esta enfrenta uma redução drástica da sua população (1864) pode-se dizer que a cidade cresceu através de crises cíclicas (seca e fome) a partir de 1910. Com a independência é promovida a capital do estado, dando lugar a diversificação dos serviços, reforçando o seu papel de pólo catalisador.

2.1.1. Evolução da população da cidade da Praia

Apesar da Praia, como povoado, ter existido desde os primórdios do povoamento das ilhas, analisaremos a sua evolução a partir dos anos 40, por não conseguir dados concretos referentes aos períodos antecedentes.

Figura1 – Evolução da população da população do concelho da Praia de 1940 a 2000



Fonte: INE

A partir de 1940, pode-se verificar que a população da Praia, em termos numéricos, aumentou rapidamente, (figura 1).

O rápido crescimento da população da Praia deve-se a:

- I. Elevadas taxas de natalidade e uma diminuição constante das taxas de mortalidade, principalmente no que se refere à taxa de mortalidade infantil.
- II. O aumento das migrações internas, por razões alheias ao país, que fez da Praia uma alternativa para as pessoas que abandonam os campos.
- III. O regresso dos emigrantes de países desenvolvidos que, tendo arrecadado alguma poupança e tendo um outro estilo de vida, preferem construir as suas casas na Praia e consequentemente, a transferir a residência familiar.
- IV. Atracção que a capital passou a exercer depois da independência com a criação de vários serviços, infra-estruturas e mais postos de trabalho.
- V. A crescente entrada dos imigrantes principalmente da costa africana que vem a procura de paz, tranquilidade e melhores condições de vida nessa cidade capital.

O crescimento da população da Praia foi tão rápido e expressivo que passou de 18208 habitantes, em 1940, para 106348, no ano 2000 (cinco vezes mais).

2.2. Breve resenha cronológica da Guiné-Bissau

A história da Guiné-Bissau está ligada à do arquipélago de Cabo Verde desde os primórdios da ocupação, quando colonos portugueses de Cabo Verde estabeleceram uma vila às margens do rio Cacheu na Guiné-Bissau e a região passa a ser um importante centro do comércio de escravos. Em 1687, estabeleceu-se um posto comercial português em Bissau, cujos interesses foram disputados por franceses e britânicos; estes últimos tiveram, por curto período, um assentamento em Bolama. Em 1879 a região passa a ser uma colónia portuguesa, mas disputas fronteiriças com a França só terminam com um acordo em 1886. Entretanto, somente após 1915 os portugueses passam efectivamente exercer poder sobre o país.¹

Em 1952, a Guiné-Bissau deixa de ser uma colónia e converte-se em "província de ultramar". Pouco tempo, depois aparece um movimento nacionalista, liderado pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), fundado em 1956, por Amílcar Cabral, Aristides Pereira e Luís Cabral. O partido inicia uma guerra de independência em princípios da década de 1960. A 20 de Janeiro de 1973 Amílcar Cabral é assassinado em Conakri, capital da República da Guiné.

Em 1973 os rebeldes proclamam a independência do país e buscam o reconhecimento internacional. A 10 de Setembro de 1974 Portugal reconhece oficialmente a independência à Guiné-Bissau, que foi a primeira das ex-colónias portuguesas na África a alcançar o estatuto de país livre. Da independência em 1974/1975 até Novembro de 1978, Cabo Verde e Guiné-Bissau constituíram Estados separados, mas sob direcção única do PAIGC.

O governo do Presidente Luís Cabral (irmão de Amílcar) herda um país devastado pela política do colonizador e pela guerra civil de libertação e sua política económica provoca escassez de alimentos. Cabral é deposto em 1980 por um golpe de Estado chefiado pelo General João Bernardo Vieira, veterano do partido. O golpe sela a separação entre o PAIGC da Guiné-Bissau e o de Cabo Verde, abortando o processo de unificação dos dois países, que rompem relações, reatadas mais tarde, em 1982.

¹(http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Country_Specific/G_Bissau.html).

João Bernardo "Nino" Vieira, auto-proclama chefe de estado e assume o poder até o processo de transição para a democracia que começa em 1990, sob influência do colapso do comunismo no Leste Europeu. Em Maio de 1991, o país adopta o pluripartidarismo. Dissidentes do PAIGC formam o Partido da Renovação e do Desenvolvimento (PRD), de oposição. Como parte das reformas, a pena de morte é abolida em 1993. Apesar da abertura política, o governo adia as eleições até Julho de 1994, quando o PAIGC obtém maioria na Assembleia Nacional (62 das cem cadeiras) e Vieira é eleito para presidente, com 46% dos votos. Manuel Saturnino da Costa, também do PAIGC, é indicado para primeiro-ministro. A Guiné-Bissau adere, em 1997, à União Económica e Monetária Oeste Africana (UEMOA).

Em 1998, depois de 18 anos no poder, o presidente Nino Vieira enfrenta, com a ajuda dos governos do Senegal e da Guiné-Conakri, um motim liderado pelo general Ansumane Mané – que fora demitido por Vieira da chefia Forças Armadas, acusado de fornecer armas à guerrilha separatista da região de Casamança, no vizinho Senegal. A rebelião começa em Junho, com a ocupação de instalações militares e do Aeroporto de Bissau. Mané exige a renúncia de Vieira e nega que queira tomar o poder, prometendo eleições gerais imediatas. Os militares amotinados avançam com o apoio que recebem de sectores da população.

Os violentos combates levam à saída de 2 mil estrangeiros que viviam no território. A continuidade da luta nos meses seguintes obriga a maioria dos 300 mil habitantes da capital a fugir para o interior, muitos tentando alcançar a fronteira com o Senegal. Para a solução da crise de 1998 foi bastante relevante o trabalho de bons ofícios da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no qual Cabo Verde teve activa participação.

Não obstante, em Fevereiro de 1999 reiniciaram-se os conflitos, com nova rebelião militar liderada por Mané². Um contingente de tropas pan-africanas foi enviado pela CEDEAO como força de interposição, mas, em Maio, um novo e definitivo golpe terminou por derrubar Vieira. A Junta Militar, liderada por Mané, negociou, sob mediação portuguesa, um plano que permitiu uma transição pacífica até a realização de eleições legislativas e presidenciais, celebradas em Novembro daquele ano e Janeiro de 2000. Foi eleito Presidente da República Kumba Yalá, líder do Partido da Renovação Social (PRS), também vitorioso nas eleições

² O conflito na Guiné-Bissau – <http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/8463/>

legislativas. O PAIGC, no poder desde a independência, ficou apenas em terceiro lugar, com o segundo lugar para o partido Resistência da Guiné-Bissau - RGB/Movimento Bafatá.

Em Novembro de 2000, o General Ansumane Mané protagonizou um episódio dramático em que, ao contestar as promoções de oficiais das Forças Armadas, precipitou a ameaça de golpe e o conflito militar, e foi morto, em combate, por tropas legalistas.

Em Novembro de 2002, Koumba Yalá dissolve a Assembleia Nacional e forma o Governo de iniciativa Presidencial. (Diário Bissau No 408, Setembro/ 2003)

Em Setembro de 2003 o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Veríssimo Seabra, derruba Koumba Yalá, depois de diversos adiamentos das eleições legislativas antecipadas que tinham sido prometidas; A presidência interina é entregue ao empresário Henrique Rosa.

Em Março o PAIGC ganha as eleições legislativas; e em Julho de 2005 João Bernardo "Nino" Vieira vence a segunda volta das eleições presidenciais.³

Com isso pretendemos mostrar até que ponto o clima de instabilidade política aliada ao fraco desenvolvimento do país constituiu e continua a exercer um forte impulso no fluxo migratório dos guineenses para Cabo verde ou mesmo para outras paragens.

³ (Gazeta de Notícias No 112, Setembro /2003)

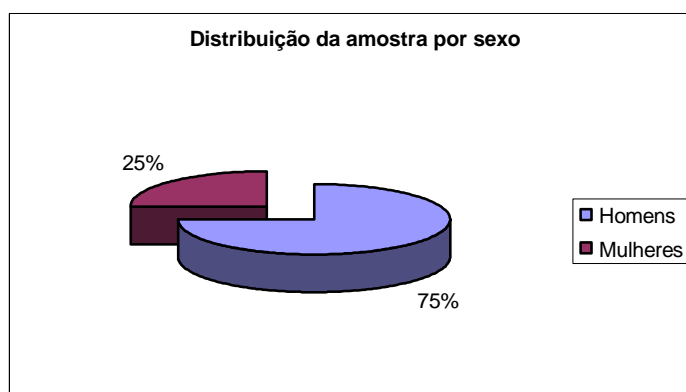
CAPITULO III

INTEGRAÇÃO SÓCIO-ECONOMICA E CULTURAL DOS GUINEENSES NA CIDADE DA PRAIA (ESTUDO DE CASO)

3.1.Características Gerais dos Inquiridos

No conjunto de 60 inquiridos, a idade varia dos 20 anos aos 50 anos. 45 dos inquiridos (75%) são do sexo masculino e apenas um quarto, isto é, 15 (25%) são do sexo feminino. (ver gráfico 2).

Figura 2 – Distribuição da amostra por sexo



3.1.1 - Distribuição dos inquiridos por sexo e faixa etária

Relativamente à distribuição dos inquiridos por sexo e faixa etária pode-se ver no quadro nº1 que cerca de metade dos indivíduos de sexo masculino (49%) pertence à faixa dos 20-30 anos, 31% correspondem a faixa etária dos 30-40 anos e 20% a dos 40-50 anos.

No que se refere aos indivíduos do sexo feminino a maior parte, isto é, 47% situa-se na faixa dos 20-30 anos, 20 % na faixa dos 30- 40 anos e 33% na dos 40-50 anos.

Quadro nº1. Distribuição dos inquiridos por sexo e faixa etária

Grupo etário	Homens		Mulheres	
	Valores	%	Valores	%
20-30	22	49	7	47
30-40	14	31	3	20
40-50	9	20	5	33
Total	45	100	15	100

Em termos globais podemos concluir que cerca de metade dos imigrantes (47%) são jovens com idades compreendidas entre os 20 a 30 anos, o que confirma a nossa hipótese que diz que os desequilíbrios demográficos acrescidos de factores económicos exercem grande impacto no processo migratório de jovens em idade laboral de regiões menos favorecidas para regiões mais favorecidas. Esses jovens saem do seu país à procura de melhores condições de vida. Essa migração jovem, como se sabe, exerce um papel significativo tanto no país de origem como no país de acolhimento. Em Cabo Verde esse fluxo de jovens, de acordo com alguns entrevistados, vem dando um contributo valioso ainda que modesto no desenvolvimento desse país através da sua participação em vários domínios da actividade económica (como a construção civil, o comércio informal, a educação, etc.), regulando o mercado, em alguma medida, bem como para a diversificação e densificação do tecido cultural. Por outro lado há os que consideram que os aspectos negativos dessa migração sejam ainda maiores dado que dificultam a vida aos cabo-verdianos, uma vez que contribuem para aumentar o desemprego, a nível do comércio fazem concorrência desleal com os nacionais, aumentam os encargos do Estado com a saúde e a educação, enfim, contribuem para aumentar os índices de pobreza do país.

Relativamente à distribuição por sexo nota-se que existe um certo desequilíbrio, pois em termos percentuais o sexo masculino é de longe superior ao do sexo feminino. Uma das causas que pode explicar essa desigualdade é que, como já se viu, trata-se de uma imigração essencialmente jovem, o que quer dizer que os indivíduos de sexo masculino são mais dispostos a arriscar, aventurando para longe dos familiares. Por outro lado, o próprio mercado de trabalho cabo-verdiano (construção civil, comércio ambulante) vem mais de encontro às necessidades dos indivíduos do sexo masculino mesmo porque a maioria não tem uma qualificação profissional que permite um enquadramento profissional diferente. Um outro

aspecto que pode explicar essa desigualdade é que no caso dos homens com algum compromisso familiar (esposa e filhos), estes normalmente vêm primeiro procurando alguma estabilidade económico-social e só depois mandam buscar os familiares que ficaram na Guiné-Bissau. Uma razão importante que pode explicar tal situação é o estado civil dos inquiridos pois na maioria são jovens solteiros.

No que toca à migração feminina deve-se realçar que as mulheres não deixam o país de origem para um país desconhecido sem ter uma certa segurança tanto em termos de familiares no país de acolhimento como em termos de trabalho, uma vez que, de acordo com os dados do inquérito, há algumas jovens que vêm a Cabo Verde com contrato de trabalho como empregadas domésticas ou vêm ao encontro de familiares que vivem em Cabo Verde.

3.1.2. Distribuição por sexo e nível de instrução

Analizando o quadro relativo à distribuição dos inquiridos por sexo e nível de instrução, pode-se ver que mais da metade dos inquiridos (55%) possui o nível secundário, seguido do nível primário com (18%), o superior com (15%), o nível médio com (10%), e (2 %) não tem nenhum grau de escolarização (ver quadro 2). O que significa que o nível de escolaridade dos guineenses que vêm para Cabo Verde não é muito alto, facto que não é de estranhar dado que segundo os dados relativos à educação nesse país, praticamente metade da população (48%) possui apenas o nível primário (Guia do Mundo).

Quadro nº 2 Distribuição por sexo e nível de instrução

Sexo	Nível de escolaridade					Total
	Nenhum	Primário	Secundário	Médio	Superior	
Homens	1	9	22	6	7	45
Mulheres	0	2	11	0	2	15
Ambos	1	11	33	6	9	60

Do ponto de vista de repartição por sexo pode-se constatar que em termos proporcionais há um certo equilíbrio em algumas níveis, como o primário e o superior pois, o número de homens e mulheres nesses níveis de ensino é bastante semelhante o que, à partida, pode

significar que ambos tiveram a mesma oportunidade de estudo e de formação profissional. No entanto no secundário e no nível médio a situação é bastante diferente, pois no secundário a percentagem das mulheres em termos proporcionais é superior a dos homens, e no nível médio a percentagem de homens é maior.

Por outro lado, pode-se constatar que em ambos os sexos o nível de escolaridade predominante é o secundário com um total de mais de 50% dos inquiridos, facto que contraria e de que maneira, os dados que indicam uma maior percentagem no ensino primário (48%) do que no secundário (12%), de acordo com informações do *Guia do mundo 2001*. No entanto, os dados podem também querer mostrar que a emigração dos bissau-guineenses para Cabo Verde se dá preferencialmente entre aqueles que possuem, como nível de escolaridade, o secundário.

A repartição por grupo etário e nível de instrução mostra-nos que na faixa dos 20-30 anos há 1 sem instrução, 8 com o nível primário, 14 secundário, 4 médio e 2 superior.

No grupo dos 30-40 anos encontram-se 3 no nível primário, 11 no secundário, 1 no nível médio e superior respectivamente e nenhum sem instrução. No grupo dos 40-50 anos encontram-se 7 no secundário, 6 no superior, 1 no médio e nenhum nos outros níveis.

Convém realçar que, de acordo com os resultados do inquérito, mais de metade dos inquiridos (70%) não possui nenhuma qualificação profissional, o que de certa forma irá influenciar e dificultar a sua inserção no mercado de trabalho e consequentemente a sua integração.

Um aspecto que nos chamou muita atenção está relacionado com o nível de analfabetos pois, de acordo com os resultados do inquérito, este revela-se muito baixo com apenas 2%, o que contraria também os dados segundo os quais a taxa de analfabetismo é extremamente elevada (64,1%) neste país, ainda de acordo com o *Guia do mundo 2001*.

3.1.3. Estado civil, sexo, grupo etário e número de filhos

i) Estado civil, sexo e grupo etário

Quanto ao estado civil dos inquiridos, constatamos que 20% são casados, 58% são solteiros e 22% vivem em união de facto (cf. Quadro nº3).

Distribuídos por sexo verifica-se que, das 15 mulheres inquiridas, 5 são casadas, a maioria (3) com idades compreendidas entre os 40-50 anos, 5 são solteiras (4) pertencente ao grupo dos 20-30anos e 5 vivem em união de facto, com idade variando dos 20 aos 50 anos.

No que toca aos homens, 7 são casados (4) pertencentes ao grupo dos 40-50 anos, (2) ao grupo dos 20-30 anos, ainda 30 declaram-se solteiros, destes (20) pertencentes ao grupo dos 20-30 anos, e 8 vivem em união de facto e as idades variam dos 30 aos 50 anos.

Quadro nº 3. Estado civil, sexo e grupo etário

Grupo etário	Casado			Solteiro			União de facto		
	H	M	H/M	H	M	H/M	H	M	H/M
20-30	2	1	3	20	4	24	0	2	2
30-40	1	1	2	7	1	8	6	1	7
40-50	4	3	7	3	0	3	2	2	4
Total	7	5	12	30	5	35	8	5	13

Inquiridos sobre a nacionalidade dos cônjuges, das 10 mulheres casadas e conviventes, apenas 2 vivem com cabo-verdianos, as outras (8) vivem com guineenses, embora 2 dos cônjuges tenham também nacionalidade cabo-verdiana e (1) a portuguesa. Uma das causas que explicam essa não abertura por parte das mulheres é um certo preconceito, pois que segundo elas, apesar de saberem que se casarem com um cabo-verdiano adquirem a nacionalidade mais rapidamente (três anos, segundo a lei nº 41/IV/92), não o fazem pois os homens cabo-verdianos são muito agressivos, não respeitam as mulheres, daí que não se sentem seguras. Essa insegurança e incerteza quanto ao *status*, de acordo com Goffman é

própria de pessoas estigmatizadas pois "o estigmatizado nunca pode estar seguro sobre qual será a atitude de um novo conhecido, se ele deve ser receptivo ou não..." (1988). Outro aspecto que explica esse facto é que como já tínhamos visto anteriormente as mulheres vêm, muitas vezes, ao encontro de maridos.

Quanto aos homens, dos 15 casados e conviventes, 9 vivem com cabo-verdianas e 6 com guineenses embora uma das mulheres tenha também a nacionalidade portuguesa. Nota-se que a tendência se inverte dado que a maioria vive ou é casado com cabo-verdianas. O que pode estar por detrás dessa mudança por um lado é o facto dos homens serem menos vulneráveis do que as mulheres e, por outro lado a maioria são jovens e solteiros o que significa que não têm ou que não deixaram nenhum compromisso sério no país de origem o que lhes permite ter mais liberdade para se envolverem com cabo-verdianas. Aliás, mesmo que não quisessem seria difícil uma vez que, como já vimos as mulheres guineenses são em número muito menor que os homens.

Dos solteiros (mulheres e homens), questionados sobre a nacionalidade das namoradas/os 17 declaram que são guineenses e apenas 8 declararam que são cabo-verdianas sendo estes apenas homens.

ii) Numero de filhos

No que se refere ao número de filhos, este varia entre 0 e 5 filhos. 18 inquiridos não têm filhos, 37 têm entre 1 e 3 filhos e 5 têm entre 3 e 5 filhos.

A percentagem dos imigrantes com filhos é bastante significativa. De facto, 70% dos inquiridos têm filhos, quer em Cabo Verde, quer na Guiné ou mesmo noutros países.

Mais de metade dos filhos, 52% vive com os pais em Cabo Verde e 42% ficaram na Guiné-Bissau ou mesmo noutros países como Portugal ou Senegal. Dos filhos residentes em Cabo Verde 100% frequentam um estabelecimento de ensino quer privado (jardim) quer público. É de salientar que a participação de todas as crianças num estabelecimento de ensino é um aspecto importante dado que constitui um factor que favorece a integração.

Do total dos 31 homens inquiridos (68% do total dos homens), 16 têm filhos a residir na cidade da Praia, 14 têm filhos a residir na Guiné, e 1 no Senegal. Desses, 7 tencionam fazer juntar-se a eles os filhos residentes na Guiné, 7 não pensam fazê-lo e 1 não sabe.

Das 11 mulheres (73% do total das mulheres) 7 têm filhos a residir em Cabo Verde, 3 com filhos na Guiné-Bissau e 1 em Portugal. As que têm filhos fora de Cabo Verde apenas 2 tencionam trazer os filhos para junto de si.

Relativamente a essa questão, convém referir que os indivíduos que se encontram em melhores condições, isto é, os que já se encontram há mais tempo no país e com um trabalho mais ou menos fixo são os que pretendem fazer juntar a si os filhos que se encontram noutros países.

3.1.4-Repartição da cidadania por sexo

No que se refere à nacionalidade, factor que, em parte, facilita a integração no país de acolhimento, 53 dos inquiridos (83%) da nossa amostra possuem nacionalidade bissau-guineense contra 7 (12%) que possuem dupla nacionalidade sendo 5 guineense e cabo-verdiano e 2 guineense /portuguesa (ver quadro 4).

Quadro nº4 Repartição da cidadania por sexo

Sexo	Cidadania			Total
	Guineense	Guineense/Português	Guineense/Cabo-verdiano	
Homens	43	0	2	45
Mulheres	10	2	3	15
Ambos	53	2	5	60

3.1.5. A escolha e permanência na cidade da Praia

A escolha do espaço geográfico para onde se dirige o migrante muitas vezes não constitui uma decisão individual, pois pode enquadrar-se dentro de estratégias familiares, isto é, essa

escolha é encorajada ou mesmo determinada por familiares e ou amigos já instalados, que “recrutam ” o migrante.

Essa ideia é reforçada pela teoria das redes migratórias segundo a qual “ as redes condicionam as trajectórias geográficas. Parte-se de certos lugares, para dirigir-se a certos países ou áreas urbanas, precisamente, onde estão inseridos parentes e amigos que darão apoio na inserção (Sousa, 2003:38).

De acordo com os dados fornecidos pela DEF e com algumas entrevistas (aos dirigentes dos grupos associativos) constatamos que a maioria dos guineenses escolhe a ilha de Santiago como destino de imigração, em particular a cidade da Praia.

São vários os factores que explicam essa preferência dos migrantes em relação à cidade da Praia.

Primeiro, é justificado pelo facto de muitos terem familiares nesta cidade, o que facilita a inserção e constitui, até certo ponto, um motivo de segurança e apoio material e sócio-afectivo, principalmente nos primeiros tempos de adaptação e inserção no mercado de trabalho.

Segundo, porque sendo uma imigração que se caracteriza principalmente por razões económicas a Praia constitui um centro cujo raio de influência é maior, isto é, onde surge maior possibilidade de encontrar trabalho pois é nesta cidade que se encontram as principais infra-estruturas e serviços tanto públicos como privados, capazes de absorver essa mão-de-obra. De igual modo, é o centro que mais facilita o comércio, uma vez que a circulação de pessoas, mercadorias, bens e serviços na capital é maior. Outrossim, é que nesta cidade assiste-se grandes investimentos na indústria da construção civil e obras públicas e, sendo um sector que requer muita mão-de-obra não qualificada e sujeito a condições, por vezes, precárias de trabalho, justificando assim a presença dos migrantes.

No entanto, convém realçar que o migrante aceita tais condições de trabalho pois considera tais situações provisórias e sua permanência temporária.

A duração de permanência do imigrante no país de imigração é um factor importante no processo de integração. Da análise do quadro nº 5 constamos que 58% dos inquiridos estão na cidade da Praia há muito pouco tempo, ou seja menos de 5 anos, 30% têm mais de 5 anos e apenas 12% estão na Praia há mais de 10 anos.

Quadro nº5. Tempo de permanência na cidade da Praia

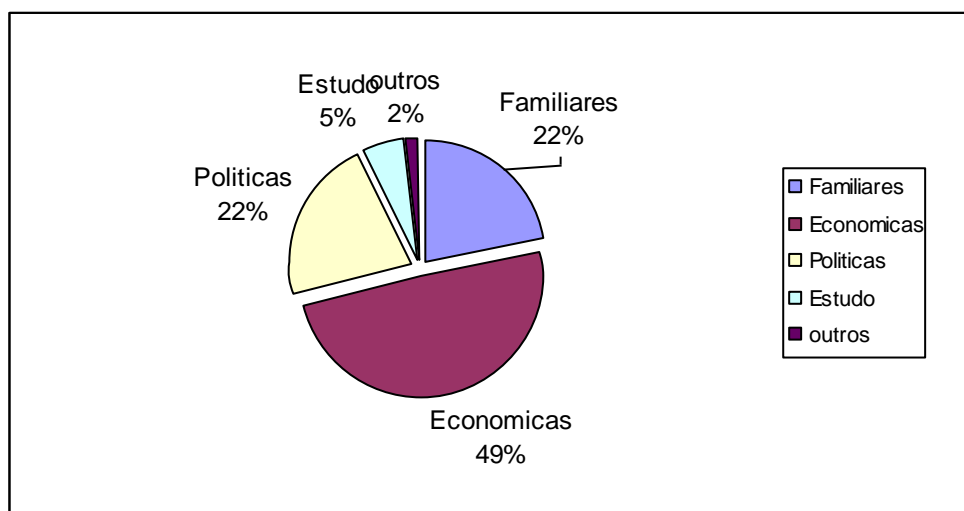
Cidadania		Anos de permanência		
		0-5 anos	5-10 anos	+de 10 anos
Guineense	Homens	27	12	4
	Mulheres	8	1	1
Guiné/port.	Homens	0	0	0
	Mulheres	0	1	1
Guiné/CV	Homens	0	2	1
	Mulheres	0	2	0
Total H/M		35	18	7

Analisando essa distribuição por sexo e nacionalidade pode-se constatar que 0-5 anos é um tempo insuficiente para se obter a nacionalidade cabo-verdiana por naturalização dado que, nesse período, não há ninguém com nacionalidade cabo-verdiana, pois de acordo com a legislação cabo-verdiana só pode ser concedida a nacionalidade cabo-verdiana por naturalização, ao estrangeiro que preencher alguns requisitos entre as quais residir habitualmente em território cabo-verdiano há pelo menos cinco anos. (lei nº 41/IV/92). A partir dos 5 anos e mais encontramos 5 indivíduos com nacionalidade cabo-verdiana sendo 3 homens e 2 mulheres.

3.1.6. Factores que condicionaram a imigração

Várias são as causas que podem estar na origem de um processo migratório. No caso concreto da imigração Bissau-guineense, constatamos que a causa de maior realce é a económica aponta por 47% dos inquiridos, seguida da familiar 26%, por razões políticas 20%, para estudar 5 % e por outras razões que não sejam as anteriormente mencionadas 2%.

Figura nº 3 – Factores que condicionaram a imigração



As razões de ordem económica integram sobretudo a procura de emprego melhor remunerado e melhoria de condições de vida, dado que no país de origem e devido à instabilidade política, a situação perante o trabalho piorou e, acima de tudo os atrasos no pagamento dos salários passaram a constituir um problema de difícil solução, daí que não dava para continuar no país.

Analisando por sexo, pode-se constatar que, das mulheres, 20% deixaram o país de origem por razões económicas, 33% por razões políticas, 33% por razões familiares e apenas 7% por razões de estudo e outros respectivamente

Quanto aos homens mais de 55% deixaram o país de origem por razões económicas, 24% por razões familiares, 16% por razões políticas e 5% para estudar.

Convém, no entanto, referir que essas causas nunca aparecem isoladamente pois é necessário analisar a época e a situação sócio-económica e política que condicionou o abandono do país de origem, o que corrobora a ideia de Bonini, para quem o que leva o indivíduo a optar pela migração não são tanto as influências dos “factores de arrastamento” (emprego e melhores condições de vida) que o país de acolhimento possa oferecer, mas sim os factores de rejeição que se resumem na impossibilidade de encontrar uma ocupação adequada, receber o salário a

tempo, viver com tranquilidade e paz, situação devida à fragilidade política e aos modelos de desenvolvimento adoptados em muitos países de emigração.

3.2. Situação perante o trabalho

A inserção no mercado de trabalho é um dos elementos importantes no processo de integração de qualquer cidadão.

Quadro nº 6. Situação perante o trabalho

Situação laboral – Cabo Verde			Situação laboral – Guiné-Bissau		
Sexo	Empregados	Desempregados	Sexo	Empregados	Desempregados
Homens	40	5	Homens	36	9
Mulheres	13	2	Mulheres	11	4

No que se refere à situação laboral dos imigrantes guineenses nesta cidade pode-se constatar que 88% dos inquiridos encontram-se empregados e apenas-12% encontram-se desempregados. Situação que podemos considerar de razoável se compararmos com a taxa de desemprego da população desta cidade estimada em 18% e a do país em 17,2% (Censo de 2000).

No entanto sabendo que se trata de maioritariamente de um emprego temporário e/ou precário (hoje estão a trabalhar amanhã podem não estar) esse valor pode também oscilar conforme for o caso.

Relativamente à distribuição por sexo verifica-se que do total dos 45 homens inquiridos, 40 encontram-se empregados e 5 não realizam qualquer actividade profissional nesse momento.

No que toca às mulheres, num total de 15, 13 encontram-se a trabalhar e 2 encontram-se no desemprego.

Comparando os dados referentes à situação actual dos imigrantes com os dados do país de origem nota-se que o número de desempregados diminuiu em Cabo Verde, dado que no país

de origem havia 13 desempregados, (sendo 9 do sexo masculino e 4 feminino), e em Cabo Verde (Praia) apenas 7, sendo 5 masculino e 2 feminino.

Relativamente aos desempregados em Cabo Verde convém realçar que estes coincidem com os que não se encontravam inseridos no mercado de trabalho na terra natal. Esse facto, por um lado, pode ser explicado pelo baixo nível de instrução e de qualificação e ainda pelo curto período de permanência nesta cidade (menos de 1 ano).

Convém referir ainda que os homens que estão no desemprego nesse momento (9) já estiveram antes a trabalhar em Cabo Verde e actualmente estão à procura do novo emprego. Entretanto das mulheres (4) ainda estão à procura do primeiro emprego. O que reforça a ideia de há maior possibilidade de emprego para os homens do que para as mulheres.

3.2.1. Distribuição salarial e profissional

De entre as várias profissões exercidas pelos guineenses em Cabo Verde, as mais concorridas são as que fazem parte do sector informal, dado que um grande número de imigrantes, sem qualquer especialização profissional, vem exercendo uma actividade profissional no sector terciário e reforçar a construção civil na cidade da Praia.

A nível dos homens as profissões mais concorridas são: pedreiro e ajudantes de pedreiro (40%), funcionários públicos (20%), carpinteiros (7%) e as outras que constam do quadro nº 7 todos com (2%) cada.

No que diz respeito às mulheres, (33%) dedicam-se ao comércio ambulante e vendas em locais fixos, (33%) são empregadas domésticas, (13%) são

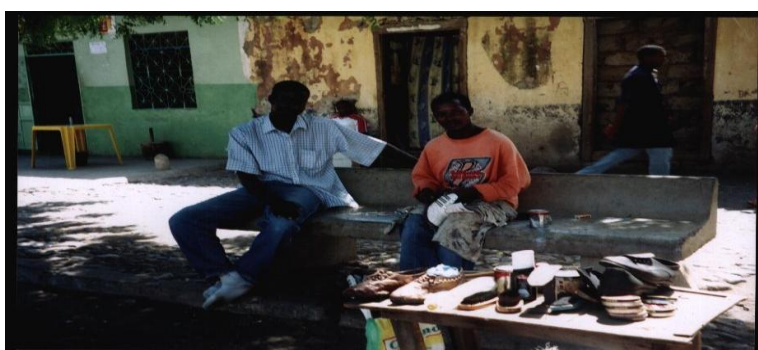


Fig .4 – Actividades profissionais



economistas (12%) são secretárias e 9% são funcionárias públicas.

Comparando a actividade profissional desenvolvida em Cabo Verde com a do país de origem nota-se que há uma relação directa entre o tipo de trabalho não qualificado e o desenvolvido no país receptor: 52% dos inquiridos dedicavam-se no país de origem a actividades ligadas ao sector terciário e 24% à construção civil, situação essa que segundo os dados do inquérito se repete em Cabo Verde.

Quadro nº7 Distribuição salarial e profissional

Profissão	Salário				
	<10.000\$	10-20.000\$	20-30.000\$	30-40.000\$	>40.000\$
Pedreiro	1	12	3	1	0
Comerciante	1	2	2	0	0
Empregada domestica	2	3	0	0	0
Funcionário	0	1	0	2	2
Carpinteiro	0	2	1	0	0
Piloto	0	0	0	0	1
Canalizador	0	0	1	0	0
Costureiro	0	1	0	0	0
Engenheiro civil	0	0	0	0	1
Ferreiro	0	0	1	0	0
Professor	0	0	0	1	3
Operador de computador	0	0	1	0	0
Secretaria	0	1	0	0	0
Economista	0	0	0	0	2
Soldador	0	1	0	0	0
Curandeiro	0	0	0	0	1
Total	4	23	9	4	10

3.2.2 Distribuição por sexo e tipo de vínculo

Quanto ao tipo de vínculo, 17 não têm um contrato de trabalho, 14 têm um contrato a tempo inteiro, 8 tem contrato a tempo parcial, 8 trabalham por contra própria e 1 pertence a quadro definitivo.

No que se refere à participação numa organização sindical, a percentagem de imigrantes guineenses inscritos nos sindicatos é relativamente baixa, dado que apenas 33% dos inquiridos estão inscritos num sindicato, contra 77% que não se encontram filiados em nenhum movimento sindical. Uma das razões que pode explicar essa fraca aderência ao movimento sindical é a própria precariedade do trabalho a que estão expostos esses indivíduos, pois a maioria trabalha sem um contrato, e o trabalho normalmente é temporário dependendo em boa parte da boa-vontade do empregador. Por outro o lado o próprio imigrante não se interessa em alistar-se nos sindicatos dado que têm que pagar uma quota, além do facto de muitos não pensarem permanecer em Cabo Verde.

Analisando por sexo constata-se que a percentagem de mulheres nos sindicatos é muito baixa, apenas 13%. Convém referir que essas mulheres têm formação superior e estão em Cabo Verde há mais de 10 anos. As outras 87% das mulheres não se encontram inscritos em nenhum sindicato.

Quanto aos homens a percentagem também é pequena, 30% pertencem a um sindicato contra 70% que não pertence.

Quadro nº8.Distribuição por sexo e tipo de vínculo

Sexo	Tipo de Vínculo				
	Conta própria	Contrato tempo inteiro	Contrato tempo parcial	Sem contrato	Quadro
Homens	4	11	7	17	1
Mulheres	4	3	1	5	0
Total	8	14	8	22	1

A situação perante o trabalho espelha nitidamente o grau de dependência dessa comunidade, já que apenas 14 dos inquiridos desempenham uma actividade por conta própria. Por outro lado, a fraca taxa de sindicalizados 33% e a alta percentagem de trabalhadores sem qualquer contrato de trabalho, concorre para aumentar a situação de instabilidade dos imigrantes.

3.2.3. Distribuição do horário de trabalho por sexo

No que se refere ao horário de trabalho constata-se que o horário de trabalho varia. De acordo com os resultados da nossa amostra 34 dos inquiridos trabalham 4 a 8 horas por dia, 11 de 8 a 12 horas, 6 de 12 a 16 horas, 2 trabalha até 4 horas por dia e 2 trabalha mais que 16 horas.

Relativamente ao número de horas diárias de trabalho por sexo, dos 45 homens (75% da nossa amostra) 1 trabalha até 4 horas por dia, 26 de 4 a 8 horas diárias, 8 de 8 a 12 horas, 4 de 12 a 16 horas e 1 mais de 16 horas diárias.

Quanto às mulheres 1 trabalha até 4 horas por dia, 6 de 4 a 8 horas diárias, 3 de 8 a 12 horas por dia, 2 de 12 a 16 horas diárias e 1 mais de 16 horas.

Quadro nº 9. Distribuição do horário de trabalho por sexo

Horário de trabalho	Homens	Mulheres	Total
Ate 4 horas	1	1	2
4-8 horas	26	6	34
8-12 horas	8	3	11
12-16 horas	4	2	6
+ 16 horas	1	1	2

O salário dos inquiridos varia de menos de 10.000 escudos a mais de 40.000escudos mensal. De um modo geral, pode-se ver que o salário da maioria (38%) dos inquiridos situa-se no intervalo dos 10.000-20.000escudos, 15% no intervalo de 20.000 – 30.000 escudos e mais de 40.000 escudos respectivamente, 8% de 30.000-40.000 e 7% recebem menos de 10.000 escudos mensais.

Relacionando o salário com a distribuição sócio-profissional e com o nível de qualificação profissional nota-se que não existe uma uniformização a nível salarial pois que dois indivíduos desempenhando uma mesma actividade recebem salários bastantes desiguais (ver tabela 7). Essa situação vem mais uma vez confirmar a relação de dependência do imigrante trabalhador em relação ao empregador.

Por outro lado, pode-se ver que o nível de salário vai de certa forma ao encontro do grau de qualificação profissional, pois os que recebem um salário superior a 40.000 escudos são os que possuem uma qualificação (8 superior e 1 médio). Convém realçar que encontramos uma excepção caso de um indivíduo sem nenhuma formação profissional específica com um rendimento mensal de mais de 40.000 escudos (curandeiro), o que se explica pelo tipo de actividade por ele desempenhada.

3.2.4. Satisfação perante o trabalho

No que se refere ao grau de satisfação dos inquiridos no mercado de trabalho a maior parte (68%) dos imigrantes inquiridos sente-se satisfeito com as actuais condições laborais contra 18% que encontram-se insatisfeitos e 14% que não assumem qualquer posição. Os motivos que conduzem à não satisfação de acordo com os inquiridos, prendem-se com o baixo salário, o limitado tempo livre e ainda com alguma nostalgia do país de origem.

Quadro nº 10. Grau de satisfação perante o trabalho

Sexo	Satisfação laboral		
	Sim	Não	Não sabe
H / M	41	11	1
Homens	30	9	1
Mulheres	11	2	0

3.2.5. Consumo, remessas e investimentos

O nível de consumo, remessas e investimentos dependem, de certa forma, dos rendimentos e das poupanças. De acordo com os inquiridos, as poupanças não abundam de modo que o pouco que conseguem amealhar é gasto principalmente no aluguer ou arrendamento das habitações e no consumo de bens essenciais, como alimentação, vestuário e outros produtos de que têm necessidade.

O consumo desses bens é feito geralmente em Cabo Verde, salvo algumas exceções em que os mesmos são comprados no país de origem ou mesmo noutros países. Relativamente ao consumo “cultural” ou de “informação”, 100% dos inquiridos assistem diariamente a televisão de Cabo Verde (TCV) e os programas com maior audiência por ordem decrescente são: telejornal, desporto, telenovelas, filme, programas educativos e culturais.

Um aspecto que nos chamou a atenção refere-se ao consumo dos jornais dado que a maioria (53%) dos inquiridos declarou que lê o jornal frequentemente, 27% raramente e apenas 20% dizem nunca ler os jornais.

Relativamente à música cabo-verdiana, 90% dos inquiridos apreciam muito enquanto que 10% não apreciam. Dos que apreciam, 65% compram frequentemente CD de artistas cabo-verdianos, 24% raramente e 22% nunca o fazem. Relativamente a outro aspecto cultural, a dança, 55% dos inquiridos dizem que sabem dançar perfeitamente a dança cabo-verdiana, 15% sabem razoavelmente e 30% não sabem. Dos que não sabem, 39% desejam aprender, 44% não desejam e 17% não sabem. Facto que não é de estranhar uma vez que existe alguma semelhança entre a música e a dança desses dois países. Além disso há um elemento cultural comum e de extrema importância que facilita a comunicação e a integração, que é a língua crioula de modo que alguns consideram-se favorecidos em relação aos outros estrangeiros dado que “nós chegamos e começamos a comunicar sem problemas, a princípio somos tomados como irmãos” o que não é estranho dados os laços históricos e culturais que nos uniram e ademais, de acordo com o sociólogo Gabriel Fernandes, “a Guiné no plano cultural é apresentada como herdeira destas ilhas”.

i) Distribuição das remessas

Relativamente a remessas efectuadas à terra natal pode-se constatar que grande parte dos inquiridos envia para a Guiné-Bissau uma parte dos seus rendimentos (convém realçar que muitos dos inquiridos não revelam a quantia das suas remessas).

Quadro nº 11. Distribuição das remessas

Montante	Às vezes	Sim	Não	Não respon.
	7	37	9	7
Até 50.000	1	18	0	0
50-100.000	0	7	0	0
100-150.000	0	3	0	0
+150.000	0	1	0	0

Os que revelaram o montante das remessas enviadas, elas situam-se entre menos de 50.000\$ e os 150.000\$ por ano. 63% dos inquiridos enviam para Guiné-Bissau até 50.000\$ por ano, 23% mandam entre 50.000- 100.000\$, 10% mandam entre 100.000-150.000\$ e apenas 4% enviam mais de 150.000\$.

Relacionando o salário dos imigrantes, com as remessas anuais efectuadas ao país de origem, constata-se que 40% dos indivíduos que recebem um salário mensal de menos que 10.000\$ enviam anualmente para Guiné um valor inferior a 50.000\$.

Os que recebem entre 10.000 – 20.000\$, 38% enviam de 10.000 até 50.000\$, 13% enviam entre 50- 100.000\$, 4% enviam 100- 150\$ e mais de 150.000\$ respectivamente.

Relativamente aos que recebem entre 20.000 – 30.000\$, 33% enviam até 50.000 e 22% enviam entre 50-100.000\$.

Os que recebem entre 30-40.000\$, 20% enviam entre 50-100.000\$ e 20% entre 100 – 150.000\$.

Finalmente aos que recebem mais de 40.000\$, 44% enviam até 50.000\$ e 11% enviam entre 50-100.000\$.

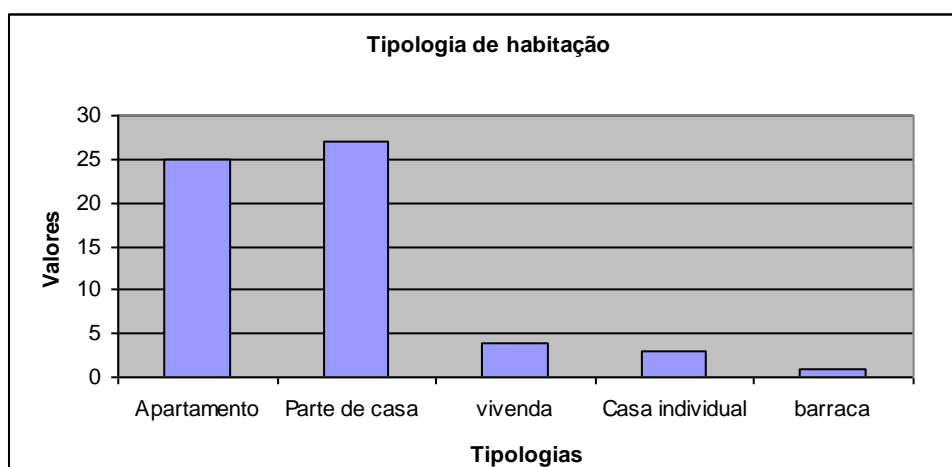
3.3. Caracterização da habitação e nível de conforto

No que concerne à habitação, 80% dos imigrantes inquiridos não possuem uma residência fixa, contra 20% que possuem uma fixa.

Os que declaram não possuir uma residência fixa, todos vivem em casas alugadas, os que dizem ter uma residência fixa 3 vivem em casas cedidas pelos familiares, 8 possuem uma residência própria, 1 vive com o empregador e 1 vive com o cônjuge.

Quanto à tipologia da habitação, de acordo com os resultados do inquérito 25 dos inquiridos vivem em apartamentos, 27 numa parte de casa, 4 em vivendas, 3 em casas individuais e 1 em barraca.

Figura nº 5. Distribuição da tipologia de habitação



No que diz respeito aos elementos de conforto 93% das casas possuem electricidade 72% possuem casa de banho (WC) e 63% possuem cozinhas. Dessas 25% estão ligadas à rede de esgoto, 47% à fossa séptica.

Relativamente ao abastecimento de água, a maior parte das residências, ou seja 53%, não estão ligadas à rede pública. 48% abastecem-se no chafariz e três através de auto-tanques.

Constatamos que a maior parte dos inquiridos, 54%, vive juntamente com os familiares, 25% coabitam com amigos, 3% com empregador e 18% vivem sozinhos.

Quanto à forma como organizaram a imigração para Cabo Verde, a maioria, ou seja 54% dos inquiridos, fê-lo sozinho, 37% contou com ajuda de amigos e familiares residentes em Cabo Verde, 6% a pedido de empregadores mediante contrato e 3% através de outras modalidades.

A percentagem de imigrantes com familiares em Cabo Verde é bastante expressiva (mais de 50%) e essa rede de parentesco e de família facilita de certa forma a integração dos guineenses no contexto social cabo-verdiano e em particular no mercado do trabalho. Este facto é reforçado de acordo com De Sousa, “ para além das redes fornecerem um sistema de solidariedade e de ajuda mútua, reconstroem um ambiente social visível, onde o indivíduo encontra significados e formas de comunicação linguística e simbólica, onde se reconhece e se consente um nível mínimo de estabilidade social efectiva” (2003).

3.4. Discriminação vista pelos imigrantes e pelos cabo-verdianos

3.4.1- Analise geral

No que diz respeito à discriminação, de um modo geral, os inquiridos dizem não se sentirem discriminados.

Quanto à discriminação no trabalho e em relação aos cabo-verdianos 78% não se sentem discriminados, contra 22% que dizem ser discriminados.

Relativamente à discriminação salarial em detrimento dos cabo-verdianos 73% dos inquiridos declaram que não se sentem discriminados contra 27% que dizem ter um tratamento diferente (salário inferior) do que é dado aos cabo-verdianos. Dado que é confirmado pelo presidente da OAE que afirma que essa diferença é muito grande, pois segundo ele a maioria dos migrantes por estar em situação de ilegalidade e não poderem reivindicar (por medo de serem substituídos e denunciados), são maltratados pelos empregadores, não são cobertos pela previdência social, e recebem um salário muito mais baixo que os nacionais.

Relativamente a outro tipo de discriminação, a maioria dos inquiridos (58%) diz sentir-se discriminado. Assim desabafa um bissau-guineense vendedor ambulante *“Por aqui vivemos bem, porque temos paz, o que não temos na nossa terra. Mas sofremos muita discriminação aqui em Cabo Verde, nos chamam de ‘mandjaco’ e mais nomes, tais como pretos, negros, feios, e não nos dão oportunidades na vida. Isso falando de negócios ou mesmo em outros empregos”*.

Por seu lado, conta-nos um servente da construção civil *“Em Cabo verde as coisas correm normalmente, excepto a problemática da discriminação e a falta de emprego”. A discriminação para este, dói um pouco, porque “a maioria das pessoas que nos discriminam, são pessoas que nunca saíram deste país e que não sabem da emigração e de raça, e como deve ser tratado um outro cidadão que sai do seu país, não para fazer asneiras, mas, sim, para fugir da guerra, ou seja, da morte. Fico triste quando me chamam de nomes”*.

Convém realçar que os inquiridos nesse caso estão a referir principalmente à designação de “*Mandjaco*” por que são chamados e ao mau atendimento nos espaços públicos.

Situação que para muitos cabo-verdianos não significa racismo. Assim confessa-nos uma entrevistada: *“Para os mim chamar um guineense de ‘mandjaco’ não é racismo. Eu acho que é um hábito. Uma palavra que, devido à ignorância de algumas pessoas, se tornou um hábito que, com o tempo, mesmo sem querer e sabendo a sua origem, todo o mundo adoptou”*.

No entanto essa ideia é contrariada pelo jurista e investigador cabo-verdiano José Leitão da Graça, que recorre a própria história e origem do povo cabo-verdiano para justificar essa tendência “racista” e diz *“É duro dizer isso, mas creio que o cabo-verdiano tem preconceitos raciais – sobretudo para os negros continentais – devido ao contexto histórico do arquipélago. Os portugueses incutiram e deixaram a falsa teoria de que somos uma raça superior. Mas há também o outro lado: tem também uma certa morabeza”* (Horizonte, Março 2002).

i) Nível de discriminação por sexo

No que concerne à distribuição por sexo constatamos que a nível profissional apenas 13% das mulheres declaram sentir-se discriminadas e dos homens 24%; quanto à discriminação salarial, apenas 20% das mulheres dizem ser discriminadas em relação às cabo-verdianas.

Do total dos homens (75% da nossa amostra) apenas 29% dizem sentir-se discriminados. Quanto a outro tipo de discriminação 53% das mulheres dizem sentir-se discriminadas e 47%

não. Dos homens 78% declararam ser discriminados nos espaços públicos e apenas 23% dizem que não. Posição também partilhada por uma cabo-verdiana que diz *“Acho que em todos os países, o relacionamento entre pessoas de nacionalidades diferentes chama sempre a atenção e Cabo Verde não é exceção. Mas acho que, no caso de africanos, em vez de admiração, há na verdade, discriminação. Vejo que as mulheres são apontadas quando namoram um guineense ou vice-versa ou mesmo outro africano, mas acho que cai mais para as mulheres, quando é a mulher africana acho que quase não se discrimina. Vejo que mesmo as mulheres sentem receio de namorar um africano aqui em Cabo Verde porque os comentários são muitos”*.

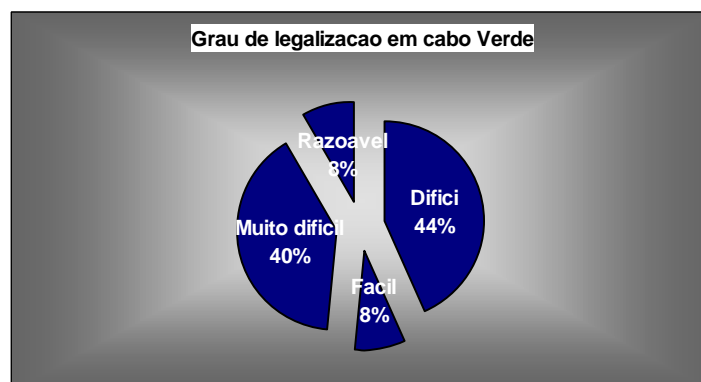
Quadro nº 12. Nível de discriminação por sexo

Discriminação						
Profissional			Salarial		Outros	
	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
M	2	13	3	12	8	7
H	11	34	13	32	27	18
H/M	13	47	16	44	35	25

3.4.2. Grau de legalização em Cabo verde

Relativamente à facilidade de legalização em Cabo Verde as opiniões não divergem muito, pois a maioria dos inquiridos (mais de 80%) considera difícil ou mesmo muito difícil legalizar-se em Cabo Verde e apenas 8% dos inquiridos consideram fácil ou razoável.

Figura nº 6 Grau de legalização em Cabo Verde



De acordo com o decreto-regulamentar nº 11/99, de 9 Agosto publicado no Boletim Oficial, nº28, Iª série, o cidadão estrangeiro que deseja permanecer em Cabo Verde para além do limite do tempo que lhe é permitido pelo visto temporário ou pelas suas prorrogações, deverá

requerer às autoridades dos serviços de Polícia e de Fronteiras a conversão do visto temporário em visto de residência e a necessária autorização de residência no país.

A autorização de residência é o título de modelo legalmente aprovado que habilita ao estrangeiro a residência no território nacional durante o período da sua validade ou prorrogação.

Há cinco tipos de autorização de residência a saber: anual; por período superior a três anos; por período superior a dez anos; vitalícia; e permanente.

O pedido de autorização é formulado em impresso próprio, e deverá ser subscrito pelo interessado, ou no caso de incapacidade, pelo seu representante legal ou por quem for confiada a sua guarda, sem necessidade de reconhecimento notarial.

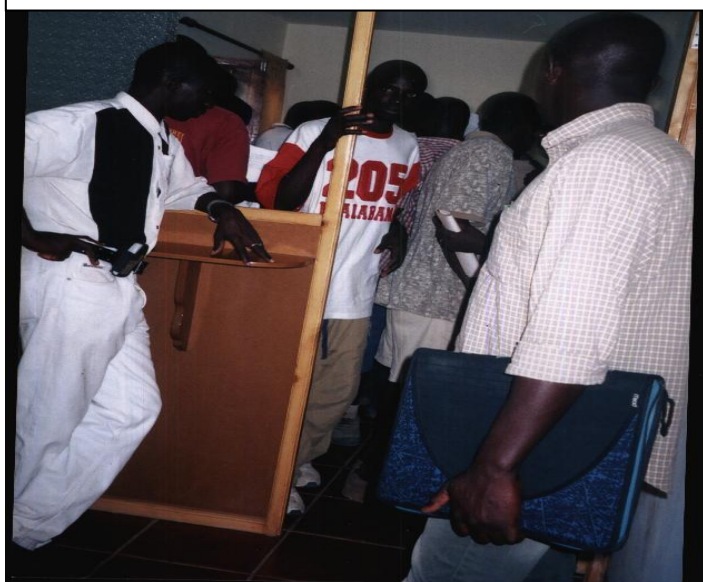
Juntamente com o pedido configurará um requerimento dirigido ao Comandante-Geral da

Polícia de Ordem Pública (POP) e um rol de documentos que constam no nosso enquadramento.

Convém realçar que os que consideram fácil a legalização, são os que possuem autorização ou cartão de residência ou seja os que são legalizados.

Analisando essa distribuição por sexo constatamos que das mulheres 53% consideram difícil a legalização em Cabo Verde, 34% consideram muito difícil e 13% acham que é fácil. Quanto a população masculina, 40% dos homens acham que é difícil, 42% consideram muito difícil e 7% acham que é fácil.

Fig.7 – Encontro com as autoridades para realização de Cartão de imigrantes



Quadro nº-13 Legalização

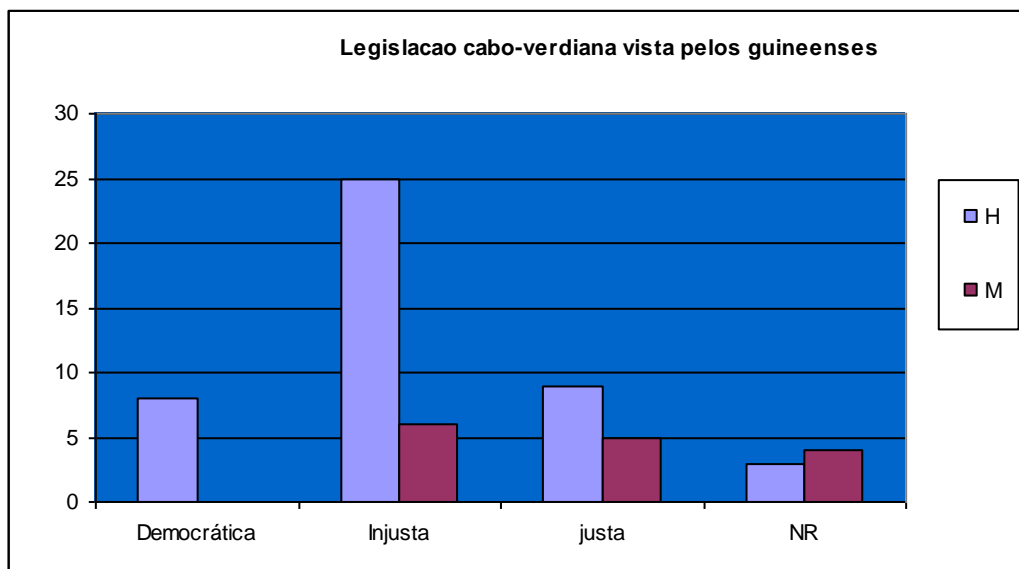
Sexo	Legalização em Cabo Verde			
	Difícil	Fácil	Muito difícil	Razoável
M	8	2	5	0
H	18	3	19	5
M/H	26	5	24	5

Inquiridos sobre as dificuldades por que passam no processo de legalização todos são unânimes em afirmar que as dificuldades são de carácter meramente burocrático, pois são-lhes exigidos muitos documentos (ver no enquadramento) e de todos esses documentos o mais difícil de conseguir é o contrato de arrendamento dado que dependem dos proprietários dos imóveis e muitas vezes por falta de confiança e de solidariedade estes recusam-se a passar tal contrato. Por outro lado, quando conseguem um desses documentos o tempo que levam para conseguir o outro é tanto que o anterior tem o prazo de validade expirado e é preciso voltar ao início. Tal situação para muitos é injusta e contraria os acordos da CEDEAO que consagra a livre circulação de pessoas e bens. Situação que é compartilhada por José Augusto Fernandes presidente da OAE-CV que confirma dizendo: *“Os imigrantes da costa ocidental africana têm razões para se sentirem marginalizados ... porque são frequentemente vítimas de maus-tratos e de atitudes racistas”*. E acrescenta *“É mais fácil um cidadão da China obter legalização do que se for um africano”*.

Nesse sentido a OAE-CV evoca “os fortes laços histórico, tradicional e político” existente entre os dois países (Guiné e Cabo Verde) propondo ao Ministério de justiça e administração Interna maior flexibilidade possível, na análise dos pedidos de autorização de residência para cidadãos guineenses, que queiram residir em Cabo verde, concedendo-lhes uma excepção e dispensando-lhes de alguns dos requisitos previstos na lei. E sugere ainda “menos burocracia e maior brevidade possível principalmente para os que apresentem requisitos competentes”. No entanto no entender das autoridades nacionais não são as burocracias que dificultam o processo de legalização mas sim um conjunto de dificuldades que os próprios migrantes apresentam tais como a insuficiência processual, isto é, quase sempre apresentam documentação incompleta (faltando principalmente registo criminal passado no país de origem, contrato de trabalho e atestado de residência).

Quanto à legislação cabo-verdiana, a maioria, 52% dos inquiridos, classifica-a de injusta, 23% classificam-na de justa, 13% de abrangente e democrática e 12% não assumem nenhuma posição.

Figura nº 8. Legislação cabo-verdiana vista pelos guineenses



Relativamente à distribuição por sexo 56% classificam de injusta, 20% de justa, 18% de democrática e 7% não responderam.

Quanto às mulheres, não há nenhuma que considera a legislação cabo-verdiana de abrangente e democrática, 40% classificam-na de injusta, 33% de justa e 27% não se posicionaram.

3.4.3.Nível de relacionamento dos guineenses com cabo-verdianos e outros estrangeiros

No que diz respeito ao convívio com os praienses, 92% dos inquiridos dizem conviver de perto com os praienses e apenas 8% não têm esse tipo de convivência

Questionados sobre as circunstâncias em que decorre esse convívio, a maioria dos inquiridos 36% refere que são meramente profissionais, 32% a nível de lazer e profissional, 12% apenas no lazer, 12% em todas as circunstâncias e 8% em nenhuma circunstância.

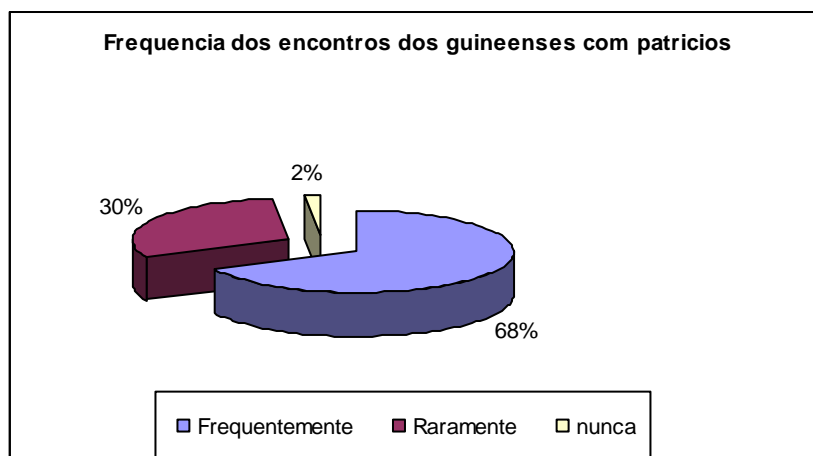
Relativamente à relação amorosa ou de amizade com os cabo-verdianos, 65% dos inquiridos definem que aceitariam normalmente manter uma relação amorosa com um cabo-verdiano, 25% dizem que não, 5% aceitaria mas com alguma reticência, 2% dizem que não sabem e 5% preferem não responder.

Analisando por sexo constatamos que a maior parte das mulheres, 60% respondeu que não aceitaria manter uma relação amorosa com um cabo-verdiano e apenas 20% respondem que aceitariam normalmente, 13% com reticências e 7% responderam que não sabem.

Quanto aos homens a situação é contrária, pois, 78% aceitariam normalmente, 13% não aceitariam, 2% com reticências e 7% não responderam. Relativamente à posição dos pais no que diz respeito à relação amorosa dos seus filhos com cabo-verdianos, 68% responderam que aceitariam sem qualquer problema, 15% com algumas reticências, 10% não sabem e apenas 7% não aceitaria ou aceitaria muito mal, por razões de comportamento social dos cabo-verdianos.

A comunidade bissau-guineense na cidade da Praia estabelece uma rede de relações sociais, das quais fazem parte os próprios patrícios, os cabo-verdianos e outros estrangeiros. A dimensão dessas relações define a maior ou menor abertura dessa comunidade. O relacionamento entre os inquiridos e os seus patrícios é bastante significativo tanto para homens como para as mulheres, 98% dos inquiridos encontram-se frequentemente com os seus patrícios e apenas 2% não os frequentam. Relativamente ao relacionamento intra – comunitário no tempo livre, 68% dos imigrantes convivem frequentemente com os seus patrícios, 30% fazem-no raramente enquanto que uma pequena percentagem (2%) não se relaciona com a comunidade.

Figura nº 9. Frequência dos encontros dos guineenses com patrícios



Quanto às mulheres, estas relacionam-se menos que os homens, 60% encontram-se frequentemente com os seus patrícios e 40% raramente. A franja masculina interage com maior frequência, 71% frequentemente, 27% raramente e 2% nunca. Quanto à inter-relação do imigrante guineense com cabo-verdianos e outros estrangeiros, constatamos que 47% encontram-se frequentemente com os cabo-verdianos, 43% raramente e 10% nunca. No que diz respeito à relação com as demais comunidades imigradas elas são mais esporádicas. Com efeito, a percentagem dos guineenses que convivem frequentemente com outros estrangeiros é muito baixa (18%), e raramente 28%. Quanto aos que não convivem em circunstâncias nenhuma com outros imigrantes a percentagem já é muito maior (mais de 50% dos inquiridos). Esses indicadores de inserção social definem uma certa abertura dessa comunidade em relação ao meio externo que o rodeia.

No que se refere à participação na vida pública e administrativa da cidade da Praia, através do voto, a maioria dos inquiridos (92%) expressou a vontade de, no futuro, exercer esse direito, 3% assumem uma posição contrária e 5% não tem ainda uma opinião formada a esse respeito.

A ocupação dos tempos livres não se limita apenas aos contactos com os patrícios ou com a sociedade de acolhimento. O tempo livre também é preenchido com outras actividades tais como: a frequência às associações, discotecas, instituições religiosas, cinemas teatros, exposições e outras manifestações artísticas.

3.4.4.Distribuição da ocupação dos tempos livres

Quadro nº14. Distribuição da ocupação dos tempos livres

Ocupação dos tempos livres	Valores	Percentagem
Associações guineenses	51	85%
Instituições religiosas	49	82%
Cinema	20	33%
Teatro e exposições artísticas	9	15%
Discoteca	23	38%

Como se pode ver pelo quadro, a maioria dos imigrantes, isto é 85%, ocupa o seu tempo livre frequentando as associações e apenas 15% não as frequenta. Desse 70% são homens e 30% são mulheres.

A frequência às instituições religiosas aparece em segundo lugar com 82% dos inquiridos, sendo 84% homens e 16% mulheres. Seguidamente aparece a discoteca com 38% dos inquiridos e o cinema com 33%.O cinema e a discoteca são frequentados principalmente pelos homens, 75% e 83% respectivamente. A frequência do migrante a esses espaços de convívio e de intercâmbios permitem ao indivíduo o contacto com outras pessoas, quebra o isolamento e abre espaços para trocas de opiniões e de pontos de vistas, o que de certa forma pode contribuir para facilitar a inserção e diminuir as margens de estigmatização e marginalização.

Quanto ao teatro, exposições artísticas e/ou outras manifestações artísticas a frequência já é muito baixa apenas 15%.

Do ponto de vista cultural, o imigrante fecha-se um pouco sobre as associações onde realizam as suas próprias actividades intracomunitárias e as actividades religiosas. Esse fechamento cultural pode-se ver também pela fraca participação e frequência nas actividades extra-comunitárias. Nesse sentido o grupo funciona como uma rede que facilita e permite a interajuda entre os seus membros e pode também funcionar como espaço que favorece as relações de formação e troca de informações.

Relativamente ao comportamento religioso a maioria dos inquiridos se declara crente (90%), contra uma pequena minoria que é constituída por não crentes (10%). Dos que se declaram crentes 59% são católicos, 24% são muçulmanos, 9% são nazarenos, 2% são adventistas e 6% professam outras religiões.

Não obstante a grande maioria dos inquiridos ter-se declarado crente, a percentagem dos que assumem uma postura de praticante autêntico é reduzida. Em termos de participação nas actividades religiosas 44% afirmam participar frequentemente, 39% raramente, 95 nunca e apenas 8% participam semanalmente nas actividades religiosas.

3.5. Perspectivas futuras

As perspectivas de duração de estadia na cidade da Praia varia. Efectivamente os imigrantes guineenses residentes nesta cidade não possuem um projecto concreto relativamente à sua duração na medida em que mais de dois terços (80%) dos inquiridos não pensa permanecer definitivamente em Cabo Verde, 10% pensa fazê-lo e os outros 10% não sabem.

Quanto aos primeiros, pode-se constatar que são os que estão a menos tempo nesse país e logo estão numa fase de adaptação e de transição onde por vezes é difícil encontrar emprego, por outro lado o medo de serem repatriados por estarem em situação de ilegalidade pesou também nessa resposta quanto a perspectiva de duração.

No entanto pode-se ver que os indivíduos que já estão em Cabo Verde há mais de 10 anos, e que já possuem alguma estabilidade, não pensam regressar definitivamente para o país de origem. O quer dizer que essa elevada percentagem dos que pensam regressar pode não ser real, ou seja pode ser que com o tempo a maioria venha ficar nesse arquipélago.

O retorno desses imigrantes ao país de origem de acordo com os seus depoimentos está fortemente condicionado pela situação de instabilidade política que se vive na Guiné – Bissau.

Nessa perspectiva dos que tencionam retornar ao país de origem, 92% pensam ficar os anos que der em Cabo Verde até a situação actual da Guiné se estabilizar e 8% pensam ficar apenas alguns meses.

Relativamente à distribuição por sexo, 87% das mulheres tencionam regressar à terra natal, 7% ainda não sabe o que fazer e 7% pensa ficar definitivamente em Cabo Verde. Quanto aos homens, 78% tenciona regressar, 11% ainda não sabe o rumo a tomar e 11% pensa permanecer definitivamente na Praia.

Quadro nº15. Perspectivas futuras

Perspectivas de duração				
	Definitivamente	Anos	Meses	Não sabe
M	1	11	2	1
H	5	33	2	5
H/M	6	44	4	6

Os que tencionam ficar em Cabo Verde 33% gostariam de permanecer a trabalhar no sector onde se encontram actualmente, 50% pensam fazer uma formação e 17% pensam estudar. As suas idades variam 50% entre os 20-30 anos e 50% entre os 30-50 anos. Segundo os dados do inquérito constatamos que 50% dos indivíduos entraram em Cabo Verde a partir do ano 2000, 33% a partir do ano 95 e 17% esta nesse país antes de 1995.

Quanto aos que pensam ficar algum tempo em Cabo Verde, 65% declaram que regressam directamente a terra natal logo que a situação melhorar, 21% pensam emigrar temporariamente para outro país e só depois regressar à Guiné-Bissau, 2% emigrar definitivamente para outros países, e 12% não tenciona ficar em Cabo Verde mas não sabem que rumo tomar.

CAPITULO IV

O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DOS GUINEENSES

O período de desenraizamento cultural resultante do processo migratório origina um processo de despersonalização que se torna mais acentuada, sempre que o imigrante não consiga posicionar-se dentro da realidade social, de modo satisfatório. Com efeito, o imigrante precisa, a bem do seu equilíbrio pessoal, assumir, no seio da comunidade um papel específico reconhecido, facto de difícil solução porquanto ele próprio já não se sente pertencer completamente à sociedade de origem e nem tão pouco àquela de acolhimento.

A inserção social torna-se mais fácil quando os imigrantes se apoiam sobre grupos restritos, quais sejam a família e o grupo étnico. Daí, a importância das associações, dado que podem favorecer a integração e a adaptação positiva sem prejuízo da autonomia, para além de, naturalmente, garantir ao imigrante uma segurança psicológica.

Nesse item, vamos analisar o papel das três associações que apoiam os imigrantes guineenses em Cabo Verde: A OAE-CV (Organização de apoio aos estrangeiros em Cabo Verde), uma organização não governamental, criada a 13 de Março de 2001, na cidade da Praia, em Cabo Verde, cujo objectivo é apoiar os estrangeiros em situação de dificuldades. AMIGUI (Associação dos Amigos da Guiné), criada a 19 de Junho de 1998 com intuito de formar um instrumento de trabalho capaz de resolver os problemas dos guineenses em Cabo Verde e AGRECAV (Associação dos guineenses residentes em Cabo Verde), fundada a 25 de Novembro de 2002 como forma de colmatar uma lacuna existente em termos de organização que representasse a comunidade residente em Cabo Verde.

Como se pode verificar a AMIGUI e a AGRECAV são associações direccionadas especificamente para os guineenses e são dirigidas por guineenses embora a AMIGUI associação mais antiga, admite como membros todos os indivíduos que se sentem amigos da Guiné-Bissau, independentemente da nacionalidade.

A OAE-CV é uma organização mais abrangente pois, de acordo com o seu dirigente ela abrange todas as outras associações e mais indivíduos desorganizados, funcionando como uma plataforma de apoio na prossecução dos seus objectivos.

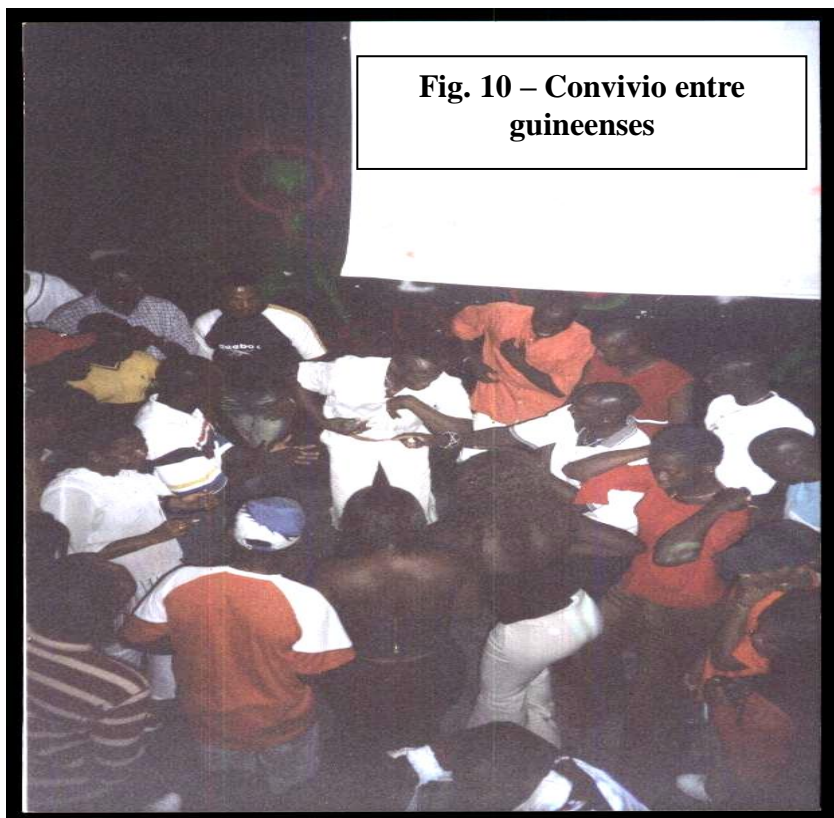


Fig. 10 – Convívio entre guineenses

As associações assumem-se como espaço privilegiado de encontros onde a comunidade ganha corpo como um grupo social, uma espécie de ponte entre a cultura de pertença e a da sociedade receptora que, em vez de absorção unilateral, favorece o diálogo, evita traumas e combate o isolamento e a solidão.

As estruturas associativas apresentam, pois, um importante indicador do grau de integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento e, ao mesmo tempo, têm a importante função de “mediadoras” entre a cultura de origem e a do país de acolhimento, evitando que a inserção seja traumática.

Em Cabo Verde, as associações de acordo com os dirigentes associativos vêm desempenhando um papel importante ao fazerem a ligação entre os imigrantes, promovendo intercâmbios culturais (campeonatos de futebol, festas, desfiles carnavalescos, comemoração do dia da África e do dia da nacionalidade guineense etc.) entre os imigrantes da mesma origem e não só. Porém o trabalho das associações não para por aí, dado que muitas vezes, os dirigentes associativos são obrigados a desempenharem papéis políticos pois que na ausência de um consulado ou estrutura jurídica que os represente, são as associações que estabelecem a ligação entre o grupo dos guineenses residentes em Cabo Verde e as autoridades locais. Além disso outras vezes desempenham papéis de decodificadores das leis e normas vigentes no

país, de formadores e guias dos imigrantes principalmente na fase inicial em que o imigrante enfrenta grandes problemas de adaptação e falta de emprego.

Nesse sentido as associações vêm desenvolvendo de forma independente, cada uma a seu modo um conjunto de estratégias (actividades) com vista a lutar contra a marginalização e a estigmatização do imigrante.

Dentre as várias actividades realizadas, esses dirigentes associativos citaram as que se prendem com apoios pontuais aos imigrantes, sempre que estes apresentem dificuldades em termos de inserção social, apoio em casos de doenças, internamentos, evacuações, funerais, no mercado de trabalho, actividades ligadas à defesa de reclusos no âmbito de prisão ilegal, realização de vários fóruns, palestras, encontros entre os diferentes líderes associativos e membros do governo para discutirem assuntos de interesse dos migrantes, publicação de um boletim informativo sobre a imigração, de entre outras.



Fig. 10 – Campeonato de futebol entre Migrantes



Estas associações por enquanto de acordo com os nossos entrevistados trabalham de forma independente uma das outras. Porém a nível das instituições e autoridades nacionais têm mantido alguma relação institucional e de parceria designadamente com, a Direcção de Emigração e Fronteiras, a Direcção Geral do Trabalho, o Ministério de Negócios Estrangeiros, as Câmaras Municipais, a Secretaria de Juventude, o CCC-SIDA, a Plataforma das ONG, o Instituto da Comunidades e a Associação de Solidariedade de Imigrantes (em Portugal).

De um modo geral, os dirigentes associativos são de opinião que os guineenses estão bem em Cabo Verde. No entanto, consideram que há alguns aspectos em que se torna necessário melhorar o tratamento, por exemplo, no que diz respeito à concessão de autorização de

residência (que se encontra suspensa nesse momento por ordem do Ministro da Administração Interna na sequência de uma manifestação de imigrantes maioritariamente da Guiné-Bissau, mas também do Senegal, da Nigéria, e da Guiné-Conakri, na cidade da Praia, um dia depois do homicídio de um jovem guineense) atitude essa que José Augusto Fernandes presidente da OAE-CV, acusa de xenófoba e precipitada, enquanto que Mariano Gomes presidente da AGRECAV, reagiu dizendo que esperava uma reacção mais pedagógica.

Segundo Fernandes a não legalização desses imigrantes constitui um dos maiores entraves à plena integração visto que a falta de autorização de residência torna-lhes presas fáceis e frágeis, sofrendo maus-tratos e exploração no mercado de trabalho e discriminação de todo o tipo principalmente os maus-tratos psicológicos e o péssimo atendimento nos locais públicos.

CONCLUSÃO

A comunidade guineense residente em Cabo Verde concentra-se maioritariamente na ilha de Santiago, mais especificamente na cidade da Praia e dedicam-se maioritariamente a trabalhos da construção civil e no comércio, mas possuem também alguns quadros nos sectores chaves do desenvolvimento do país como a saúde e a educação.

Procuram estabelecer-se em espaços onde o trabalho seja mais fácil de ser encontrado.

Os bairros preferenciais são os que se situam mais perto dos centros urbanos mas com o pormenor das rendas serem mais baixas. Todavia mesmo que não sejam, o problema não coloca muito, uma vez que coabitam muitos no mesmo espaço dividindo entre si os custos e vivendo em situações muito precárias.

Em termos de repartição por sexo esta apresenta um grande desequilíbrio. Trata-se de um fluxo constituído essencialmente por jovens de sexo masculino e solteiros.

São vários os factores que condicionam um processo migratório. No caso dos bissau-guineenses os factores económicos são os de maior destaque embora condicionados por factores políticos.

A maior parte dos imigrantes são clandestinos daí que muitas vezes são discriminados no mercado de trabalho onde recebem um salário inferior que os nacionais.

No processo de integração actuam um conjunto de factores e condições, entre os quais, o grau de diferença cultural e estrutural entre o ambiente de origem e o de acolhimento; as circunstâncias e motivações da migração; as características sócio-culturais, profissionais e psicológicas dos imigrantes; o grau de segurança económica e política do ambiente de imigração ou seja, a prosperidade económica e estabilidade política; a oportunidade de ascensão social e mobilidade; a dimensão numérica e a solidez do grupo étnico imigrante; o afastamento geográfico do ambiente de origem; o grau de identificação com os valores e os modelos culturais da sociedade de acolhimento; as relações institucionais que, a vários níveis,

se estabelecem entre a sociedade de inserção e os grupos de imigrantes; e ainda a dimensão temporal.

Dado que a integração sócio-cultural do imigrante está intimamente ligada à sua integração no mercado de trabalho, podemos então concluir que o processo integrativo do bissau-guineense em Cabo Verde pode ser considerada deficitária, uma vez que a maioria dos imigrantes encontra-se inserido num mercado de emprego temporário passando por vezes muitos meses no desemprego, situação condicionada pelo baixo nível de escolaridade e pela falta de legalização. Tal situação faz com que imigrante enfrente problemas de exploração e marginalização.

A utilização de mão-de-obra clandestina põe em causa a própria protecção social do imigrante, uma vez que muitos enfrentam carências ao nível de saúde, da habitação e da segurança no trabalho, dado que essa situação de clandestinidade faz com que não sejam cobertos pela segurança social.

Assim podemos afirmar que o factor-chave que dificulta uma maior integração dos bissau-guineenses em Cabo Verde não é a diferença cultural entre o país de acolhimento e o de origem, o que, de certa forma, contraria a hipótese de que partimos, mas sim as dificuldades de ascensão social e uma certa insegurança económica resultante do baixo nível de qualificação profissional.

Um outro aspecto que dificulta a integração do imigrante em Cabo Verde prende-se com a própria “imaturidade” das poucas estruturas existentes no país e a inexistência de uma embaixada que pudesse dar apoio jurídico aos bissau-guineenses em Cabo Verde.

A imigração constitui um fenómeno relativamente “novo” (década de 90) para Cabo Verde, daí que é a partir dessa altura que o governo cabo-verdiano começou a dar os primeiros passos no sentido de criar algum suporte legislativo que pudesse regulamentar a imigração em Cabo Verde. No entanto pensamos que é necessário definir novos parâmetros ou melhor reavaliar a nossa legislação no sentido de se criar melhores condições para os que queiram viver em Cabo Verde.

Sendo um fenómeno “novo” as poucas estruturas existentes voltadas para a questão da imigração não conseguem dar respostas às solicitações dos imigrantes (no que diz respeito ao processo de legalização ou mesmo no que se refere ao controle efectivo desse fluxo que cresce a cada dia).

A título de exemplo adquirir dados para um trabalho do género mostra-se muito difícil quase que impossível dado que a única instituição que pode conceder dados relativos a qualquer comunidade imigrada nesse país é o DEF que, neste momento, ainda não tem os dados trabalhados. No caso da comunidade bissau-guineense os dados só começaram a ser registrados a partir dos finais de 90 e, mesmo assim foi necessário quase um ano para os conseguir. Quanto ao Instituto Nacional de Estatística (INE) só possui dados de 2000.

Convém ainda realçar que muitos cidadãos bissau-guineenses em Cabo Verde já adquiriram a nacionalidade cabo-verdiana por naturalização, filiação ou casamento e, por motivo desta situação, torna-se difícil traçar com exactidão o número de cidadãos guineenses radicados no nosso país pois nem sempre o registo notariado comunica o facto ao serviço de fronteiras o que demonstra que não há uma parceria entre essas duas instituições.

A falta de controlo efectivo desse fluxo traz alguns problemas para o país dado que não se sabe ao certo o número de imigrantes que estão no país e já que não constam como população residente, podem conduzir a planeamento e provisões incorrectas.

Por outro lado pode-se ver que há alguma estrutura existente mas não se encontra suficientemente preparada para trabalhar com esse fenómeno, daí que, às vezes surgem algumas situações que podem ser considerado injusto e de ilegalidade praticada contra os imigrantes. O caso mais recente da prisão de quatro imigrantes africanos denunciados pelo presidente da OAE-CV (Expresso das ilhas 7 de Julho de 2005) é uma dessas situações.

A nível associativo, existem três associações. No entanto não se verifica uma ligação directa entre elas no sentido de tentarem resolver os problemas conjuntamente ou de se tornarem numa instituição mais forte capaz de fazer face às instituições em caso de problemas mais sérios que possam advir. Cada associação tenta, individualmente, resolver os problemas eventuais que os imigrantes possam ter e não há um esforço conjunto, pelo menos das duas

associações (AMIGUI e AGRECAV) no sentido de se unirem em prol dos bissau-guineenses. Na nossa opinião quem perde com essa separação são os próprios associados.

No entanto pode-se ver aqui que a dimensão temporal do processo migratório influencia tanto no processo de integração do imigrante, na atitude dos autóctones que começam a ver para os imigrantes com outros olhos e também no próprio procedimento das associações

BIBLIOGRAFIA

- ❖ Assembleia nacional De Cabo verde. Fórum Parlamentar: <<O desafio da integração na África Ocidental>>. Novembro 2001.
- ❖ BAUD, Pascal; BOURGEAT, Serge; BRAS, Catherine – Dicionário de geografia – Lisboa, Paralelo editora. Agosto 1999.
- ❖ CARREIRA, António – Migração nas ilhas de Cabo Verde – Ed. Universidade nova, Lisboa, 1977
- ❖ CASTRO, José Luís; Moreno Conceição; et taly -Grupos desfavorecidos face ao emprego – Tipologias e quadro básico de medidas recomendáveis – Lisboa, Gráfica Sacavenense, Lda. 1999
- ❖ Embaixada de cabo Verde em Portugal. Estudo de caracterização da comunidade Cabo-verdiana em Portugal – Lisboa, 1995
- ❖ GOFFMAN, Erving -Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada - Editora Guanabara, Rio de Janeiro, 1988
- ❖ KOUDAWO, Fafali. -Cabo Verde e Guiné – Bissau: Da Democracia Revolucionaria À Democracia Liberal – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, Guiné-Bissau. 2001.
- ❖ MAURICE, Ana de Saint – Identidades Reconstituídas - ed. Celta 1997
- ❖ MONTEIRO, César augusto - Comunidade Imigrada Visão Sociológica o caso Da Itália - S. Vicente. Gráfica do Mindelo, Lda. Outubro 1997

- ❖ SOUSA, Nardi Abraão Dias de – Imigração e Cidadania Local: Associativismo Migrante e Políticas Públicas de Portugal – Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, Praia, Julho 2003
- ❖ Trabalhos Monográficos de: José Rito Teixeira, orientado por Luís Filipe Tavares – Crescimento Urbano na Cidade da Praia, estudo de dois casos (Sefende e Ponta D'Água).
- ❖ TRINDADE, Maria Beatriz Rocha, et al. – Sociologia das migrações – Universidade Aberta 1995
- ❖ Outras fontes
- ❖ Boletim informativo trimestral da Organização da Apoio aos estrangeiros em Cabo Verde – IMIGRAÇÃO- nº1 e2
- ❖ Decreto-regulamentar nº 10/99 – Natureza e Quantitativo dos meios Económicos Suficientes para entrada e permanência temporária de estrangeiros no território nacional
- ❖ Decreto-regulamentar nº 11/99 – Regime Jurídico de concessão de autorização de residência a cidadãos estrangeiros
- ❖ Decreto-regulamentar nº 12/99 – Regime jurídico de Concessão de Vistos
- ❖ Dados da DEF
- ❖ Depoimento dos inqueridos
- ❖ Entrevistas
- ❖ INE – Características Económicas da população - censo 2000

- ❖ INE -Recenseamento geral da população – Censo 2000

- ❖ Internet:
- ❖ <http://eden.dei.uc.pt/~infopor/guine/guine.html>
- ❖ Mbendi – Information for Africa -
<http://www.mbendi.co.za/land/af/gb/p0005.htm>
- ❖ **Compilações de links (sites em português, inglês e francês):**
- ❖ - Universidade da Pensilvânia -
http://www.sas.upenn.edu/African_Studies/Country_Specific/G_Bissau.html
- ❖ Karen Fung - <http://www-sul.stanford.edu/depts/ssrg/africa/guin-bis.html>
- ❖ - Portugalnet -
<http://www.portugalnet.pt/encontro/guine/guine.html>
- ❖ Governments on the WWW -
<http://www.gksoft.com/govt/en/gw.html>
- ❖ Ministério da Economia e Finanças-
<http://www.gambianews.com/guinebissau.htm>
- ❖ ICEP (Portugal) -
www.icep.pt/mercados/fichas/guine_bissau.pdf- CEDEAO -
<http://www.ecowas.int/>
- ❖ O conflito na Guiné-Bissau- Informações e artigos -
<http://www.geocities.com/CapitolHill/Senate/8463/>
- ❖ Texto dos Acordos de Paz de 1998 -
http://www.usip.org/library/pa/index/pa_guinea_bissau.html

- ❖ JORNAIS:

- ❖ Horizonte,15 de Março, 7 de Junho, de 2002

- ❖ Expresso das ilhas 19 de Janeiro 2005, 5 e 26 de Maio 2004, 7 de julho 2005,

- ❖ A Semana, 30 de Abril 2004

- ❖ Jornal Expresso nº1692, Abril de 2005
- ❖ Diário Bissau nº 408, Setembro de 2003
- ❖ Gazeta de Noticias nº 112, Setembro de 2003
- ❖ Organização de Apoio aos Estrangeiros em Cabo Verde
- ❖ Relatório do Comando Geral da POP Direcção De Emigração e Fronteiras. Praia, 2004

ANEXOS